

ATA N.º 01/2023

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 23 de fevereiro de 2023.-----

----- Aos 23 dias do mês de fevereiro de 2023, pelas 14,30 horas, no Auditório da Unidade de Cuidados Continuados 2.º andar, do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro, na Tocha, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Voto de Pesar pelo falecimento de Daniel Regra Dias;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Requalificação/Pintura do Edifício da Sede da Junta de Freguesia;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Aquisição de placas toponímicas;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Obras na Rua e Travessa do Catalão em Vilamar - 2.ª Fase e na Rua dos Emigrantes em Corticeiro de Cima;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de espetáculos de Música Gravada e Licença Especial de Ruído / Desfile de Carnaval na Sanguinheira;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Transferência de Competências para o Município no Domínio da Ação Social / Prorrogação do Prazo;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de hasta pública para “Concessão da exploração do Bar, Restaurante e apoio de Praia completo, da Praia da Tocha, Setor Norte”;-----
- 9 – Da Inspeção Geral de Finanças / Contratos Programa celebrados com a INOVA



2020 / Esclarecimentos e aprovação das Minutas das adendas para o ano de 2023 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes / Quinta Agrícola Biológica / Transportes Urbanos / Limpeza Urbana;-----

10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação de verbas não justificadas / Contratos Interadministrativos / União das Freguesias de Portunhos e Outil;-----

11 - Relatório de execução dos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia em 2022 / Para conhecimento;-----

12 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar com as Freguesias do Concelho / Requalificação Urbana 2023;-----

13 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Acordos de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho / Apoio competências próprias ao nível dos equipamentos e espaços verdes 2023;-----

14 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na CIM RC, no âmbito das Contraordenações no domínio do estacionamento público;-----

15 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto autoridades de transportes, a celebrar com a CIM RC;-----

16 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento para o Conselho Municipal de Desporto;-----

17 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação e Diagnóstico Municipal para a Igualdade e a Não



Discriminação no Município de Cantanhede;-----

18 - Procedimentos a adotar para a prescrição das dívidas provenientes da Ação Social Escolar, das Receitas Administradas pelo Município / Para conhecimento;-----

19 - Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2022 / Para conhecimento;-----

20 - Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2022 / Para conhecimento;-----

21 - Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2022 / Para conhecimento;-----

22 - Apreciação, discussão e votação da Demonstração do Desempenho Orçamental;-----

23 - Apreciação, discussão e votação da 1.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023;-----

24 - Análise do ponto da situação sobre a cobertura ao nível da Saúde no Concelho de Cantanhede / Integração dos Hospitais do Concelho no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado a falta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, Sr. Euclides Vinagreiro, conforme documento apresentado. Substituição do Sr. José António da Costa Vieira pelo Sr. Sérgio Bernardo Gonçalves da Silva, da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Febres pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia de Febres, Sr. Paulo Alexandre Santos Pessoa e substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia de Murtede, Sr. Hugo Leandro da Cruz Melo.

Informou da renúncia de mandato apresentada pela Sr.^a Dora Cristina da Silva Costa, sendo substituída pelo Sr. Tito Luís Barreto Monteiro.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 06/2022, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2022.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou ter solicitado uma pequena correção no texto da referida ata, nos processos de desagregação das Freguesias, relativamente a um conjunto de critérios que enunciou para enquadramento e que foram enunciados a título exemplificativo pelo Grupo de Trabalho da Assembleia da República, sugestão que foi acolhida pelos serviços. De seguida, perante a dimensão que as Atas têm e a complexidade da sua elaboração, solicitou que fossem enviadas com mais antecedência.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes, também solicitou que as Atas fossem enviadas com mais tempo de antecedência, porque como a recebeu no dia anterior à presente sessão, nem teve tempo de a ler. Por esse facto, pediu que a Ata n.º 6/2022 fosse votada na próxima sessão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou ter sido por sua culpa que a ata chegou tão tardiamente, pois esteve fora do país nos últimos dias e não se apercebeu da chegada do e-mail que continha a ata, não a tendo revisto e devolvida atempadamente aos Serviços. Solicitou, de seguida ao Sr. Presidente da Mesa que a mesma pudesse ser aprovada na próxima Assembleia



Municipal, uma vez que já foi aprovada em minuta, dando assim mais tempo a todos os Grupos Parlamentares para a lerem e sugerir alterações.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, suspendeu então a aprovação da ata n.º 6/2022, da sessão extraordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2022, sendo votada na próxima sessão ordinária.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 29 de dezembro 2022 a 23 de fevereiro de 2023, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- Antes de iniciar o período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que no passado dia 17 de janeiro, faleceu prematuramente, Daniel Regra Dias, Membro da Assembleia que renunciou ao Mandato em dezembro último, convidou todos os presentes a fazerem um minuto de silêncio. Agradeceu, de seguida ao Conselho de Administração do Hospital Rovisco Pais pela disponibilidade na cedência das instalações do hospital para que se pudesse fazer a sessão da Assembleia Municipal nas mesmas. Acrescentou ter sido convidada a Sr.ª Presidente do Conselho de Administração do Hospital, Dr.ª Isabel Bento, para que, se quisesse, fazer uma breve introdução sobre a missão e a atividade atual do Hospital, mas a meio da manhã, a mesma informou que, por motivos de agenda, não lhe era possível estar presente. Deu, ainda nota que, relativamente ao assunto que está há meses pendente, a transmissão online das Assembleias Municipais, a Comissão de Proteção de Dados pediu um conjunto de explicações e a Câmara decidiu arranjar uma consultora especializada sobre esta matéria, da qual se aguardam as respostas para serem enviadas para aquela entidade.-----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções



ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referindo ter-se apercebido, há uns dias atrás, que foram cortadas umas árvores que estavam secas na Estrada Nacional 234, junto à estação de transformação da E-Redes, na saída de Cantanhede, questionou se vão retirar o canteiro de árvores ou se vão plantar novamente as arvores e arrancar os cepos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, dirigindo-se à Senhora Presidente e ao Executivo camarário manifestou o seu regozijo pela retoma da realização e concretização da 23.^a edição do Ciclo de Teatro Amador do concelho de Cantanhede. Afirmou que o certame extravasou largamente as fronteiras da expressão artística, sem qualquer demérito também para a dimensão das artes cénicas como manifestação artística, na medida em que envolve e motiva uma comunidade muito alargada na preparação das diversas encenações que são levadas aos mais variados palcos do concelho, seja em sala fechada, seja até ao ar livre. Relevou a diversidade de trabalhos, dramas, comédias, musicais, revista e a interpretação de obras de autores consagrados e de obras originais de autores locais, promovendo a criatividade e a criação de novas peças e novas abordagens. Informou que, dos 17 grupos participantes, 5 são da União de Freguesias a que preside, facto redobrado para reafirmar o seu agradecimento público, pelo qual confirma a dinâmica que se verifica no seio da comunidade local, que envolve, dinamiza e concretiza pelo meio do teatro a expressão da vida sociocultural comunitária. Acrescentou que a

pandemia levou à interrupção em março de 2020 da anterior edição, que agora se vê retomada, em boa hora com a 23.ª edição, continuando a testar o brilho e a alegria dos grupos de teatro amador do concelho de Cantanhede, numa dinâmica peculiar que lhe apraz registar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, alertou para as seguintes questões: - Relativamente à Rua das Acácias, na Praia da Tocha, que ficou por concluir na totalidade, referiu que nos dias em que chove bastante geram-se poças de água que impedem que as pessoas transitem a pé; - Questionou sobre a reparação da Estrada Florestal n.º 1, porque como está gera constrangimentos, nomeadamente, aos moradores da Caniceira; - Questionou sobre o ponto da situação da aquisição dos terrenos necessários para ligar a Nacional 109 à Zona Industrial da Tocha;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, convidando-a a fazer uma breve apresentação do Hospital Rovisco Pais.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que, há cerca de 15 dias, esteve com a Sr.ª Diretora Regional da Cultura, com o intuito de mapear a parte da arquitetura do Município que podia ser alvo de fundos comunitários, tendo vindo também ao Rovisco Pais, onde visitou o Museu que foi criado ainda há pouco tempo, com o acervo da antiga leprosaria e com o qual ficou extraordinariamente sensibilizada. Referiu existirem ali outras instalações por recuperar que estão em avançado estado de degradação, onde se poderia criar o verdadeiro Museu da Doença de Hansen, não só de âmbito municipal ou regional, mas também de âmbito nacional e internacional. Informou ainda que, nesse mesmo dia solicitou à Sr.ª

Presidente do Conselho de Administração do Hospital Rovisco Pais a possibilidade de se fazer a presente sessão nas instalações do Hospital, tendo sido solicitado a sua presença, mas, por imponderáveis que surgiram, a mesma não pôde estar presente. De seguida, informou que: - O Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais foi criado pelo Decreto-Lei n.º 203/96, de 23 de outubro, enquanto entidade inserida no Serviço Nacional de Saúde e tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde diferenciados na área da medicina física de reabilitação à população residente na sua área de influência correspondente aos distritos da região Centro – Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu; - Pelo mesmo diploma, foram-lhe transmitidos todos os direitos e obrigações da então extinta Leprosaria Nacional, o pessoal e o respetivo património, de estrutura pavilhonar a partir do projeto do Arquiteto Carlos Ramos, datando os seus edifícios maioritariamente da década de 40 do século 20, distribuídos por uma herdade de 140 hectares; - Recebeu os primeiros doentes de medicina física e reabilitação em novembro de 2002, data a partir da qual veio progressivamente a aumentar a capacidade de internamento em reabilitação; - Atualmente com 80 camas, bem como resposta em ambulatório, integra uma unidade residencial vitalícia que tinha os doentes de leprosaria nacional que se mantiveram na instituição após a sua conversão em Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro; - Em maio de 2012, foi iniciada a prestação de uma nova tipologia de cuidados com a inauguração da unidade de cuidados continuados de convalescença, especificamente direcionada para doentes pós acidente vascular cerebral e pós cirurgia do aparelho locomotor; - Em junho de 2015, a unidade de cuidados continuados de convalescença alargou a sua capacidade para 60 camas, face à pressão da procura deste tipo mais diferenciado de cuidados; - Em conformidade pelo estabelecido no regime jurídico de gestão



hospitalar, o Rovisco Pais desenvolve a sua atividade na qualidade de estabelecimento de setor público administrativo, vulgo SPA, com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelas normas aplicáveis ao SNS e aos Hospitais SPA; - A organização, funcionamento e interdependências das unidades orgânicas internas da entidade encontram-se estabelecidas especificamente e em conformidade com o legalmente disposto no Regulamento Interno do Hospital Rovisco Pais até hoje, indo com certeza, brevemente, sofrer algumas alterações. Mudando de assunto, a Sr.ª Presidente da Câmara, recordando que na última Assembleia o Sr. José Malta tinha questionado um prazo relativo a um subsídio que foi dado à Junta de Freguesia da Tocha por causa da obra dos passeios, informou que, nos termos do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, que altera um Decreto-Lei já existente, “o direito à revisão de preços caduca no prazo de 1 ano após a receção provisória da empreitada”. Esclareceu ainda que, aquela empreitada feita pela Junta de Freguesia, mas financiada na totalidade pelo município, teve a sua receção provisória da obra em 17/11/2021, os serviços da Câmara, que acompanharam tecnicamente a obra, comunicaram ao empreiteiro a aprovação da revisão de preços, por ofício, a 12/07/2022 e a Junta de Freguesia comunicou a diferença de verba, solicitando o resto do apoio a 10/10/2022, tendo os prazos sido cumpridos. Relativamente à questão das árvores colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Ventura, informou que as mesmas já estavam secas, estando os ramos a cair para a via, pelo que foram cortadas pela Empresa Municipal, mas vão ser plantadas novas árvores no local onde aquelas se encontravam. Relativamente à Rua das Acácias na Praia da Tocha, informou que os trabalhos estão na programação, não sabendo, no entanto, quando irão avançar. Relativamente à Estrada Florestal, referiu ser da competência do ICNF, não tendo o

Município qualquer responsabilidade sobre a mesma, nem a Junta de Freguesia porque não é um caminho vicinal. Esclareceu, de seguida que aquela Estrada Florestal estava a ser intervencionada através de uma obra que foi adjudicada / consignada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para criar o EuroVelo, que liga Mira, Cantanhede e Figueira da Foz e, quando a obra estava a decorrer, a ponte abateu. Nesse momento, a parte técnica e a Junta de Freguesia, foram ao local, tendo o ICNF informado não ter verbas para a repor, não fazendo sentido que aquela via fique impedida de circulação, sobretudo quando a intervenção tem um objetivo turístico, mas também de acessibilidade entre várias localidades. Informou também ter tido a informação de que, o ICNF pretendia que fosse feita uma ponte nova, mas, entretanto, os próprios serviços também constataram que a segunda ponte também está a precisar de uma intervenção. Acrescentou que, após nova visita ao local, foi transmitido pelos técnicos que, como a ponte não abateu, apenas abateu o piso, poderá haver uma alternativa para que a ponte seja refeita com todas as condições de segurança. Reforçando novamente que a estrada é do ICNF, informou ter solicitado à Comunidade Intermunicipal, que também está a seguir o processo, uma reunião no local com o ICNF, os técnicos da Câmara e, naturalmente a Junta de Freguesia, porque serão necessários dois tipos de intervenção, o arranjo em termos da manutenção da segunda ponte que necessita ser acautelada e decidir relativamente ao que se vai fazer naquela que cedeu. Finalmente referiu que, consoante o que for falado na próxima semana, informará o executivo e os Membros da Assembleia. Relativamente à ligação da rotunda da N109 à Zona Industrial da Tocha, recordou que o projeto já deve ter cerca de 30 anos, tendo sido iniciado no Mandato do Dr. Rui Crisóstomo. Acrescentou que, na altura, a estrada saía da rotunda e ia, mais ou menos, até ao antigo campo de futebol, no entanto, o projeto foi alterado

de acordo com as alterações que sofreu quer para a vila, quer para a Praia da Tocha, fazendo sentido que vá para poente, ao encontro do cruzamento junto da Zona Industrial. Referiu de seguida ser uma obra que atingirá cerca 4.500.000,00€, o que representa um custo muito grande, face a outras decisões que devem ser tomadas com os Presidentes das Juntas de Freguesia. Referiu ainda que, aquela obra apesar de ser considerada uma obra estruturante, ainda não se conseguiu a obtenção de fundos comunitários, pelo que se pretende avançar com a parte da aquisição dos terrenos, uma vez que é uma obra considerada muito importante para a zona da Tocha. -----

----- O Sr. Ulisses Salvador esclareceu que, a sua questão foi levantada, porque soube pela comunicação social, que o Presidente da Câmara da Figueira da Foz, tem planeado uma circular externa que passa pela zona florestal para ir dar à Praia de Quiaios, ficando assim a Praia mais apelativa em termos turísticos.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente das Câmaras, Helena Teodósio que, Cantanhede também já tem a obra planeada e até já tem a identificação de todos os proprietários dos terrenos necessários. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, felicitou o conterrâneo, Miguel Castelo Branco, natural de Cantanhede e docente da Universidade de Coimbra que coordena o centro de imagem biomédica e investigação translacional, por ter sido distinguido com o Prémio Bial de Medicina Clínica 2022, concedido pela Fundação Bial, como reconhecimento do trabalho desenvolvido, ao longo de 15 anos, sobre o autismo. Conforme destacou o Presidente do júri, referiu que *“Miguel Castelo Branco tem um percurso de vida que contribuiu substancialmente para a compreensão da dualidade de saúde/doença, permitindo o desenvolvimento de tratamentos*



personalizados na forma de melhorar competências sociais e de regulação emocional no autismo, muitas vezes caracterizado por dificuldades de interação e de comunicação.” Acrescentou que, no seu trabalho, mostrou que a par dos medicamentos, o uso de jogos da realidade virtual melhora as competências sociais e de regulação emocional das crianças e jovens autistas depois de ter identificado marcadores neurobiológicos do autismo que variam de pessoa para pessoa. Referindo-se de seguida aos fundos comunitários, referiu que toda a informação relativa ao concelho de Cantanhede está disponibilizada online, através do Centro 2020, nomeadamente, quanto aos valores atribuídos às obras na quais foram utilizados aqueles fundos. Sendo um programa de âmbito de cobertura nacional, questionou se existem projetos de investimentos e melhorias submetidos pela Câmara Municipal, para dinamizar a economia local do nosso concelho e para a recuperação da economia pós-pandemia, que possam vir a ser enquadrados e financiados por aquele plano e, em caso afirmativo, qual o valor estimado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Vítor Folgado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, colocou as seguintes questões: - Relativamente à Escola Primária da Pena, que até há pouco tempo estava cedida a uma Cooperativa Agrícola, informou que o Centro Cultural e Recreativo da Pena manifestou quer junto da Junta de Freguesia, quer junto da Câmara Municipal a intenção do utilizar aquelas instalações pelo que questionou sobre qual a posição da Câmara sobre o pedido em causa; - Relativamente a uma obra em Vila Nova de Outil, que já vinha do executivo anterior, nomeadamente o passeio na Rua da Escola, informou que já foi reparado há bastantes meses, o passeio está feito, mas o piso de alcatrão, apesar do pedido da Junta de Freguesia, ainda não está posto e está

perigoso; - Por último, relativamente aos caminhos vicinais, informou que, na última quinzena, a sua União de Freguesias teve o apoio, tal como estava programado, dos materiais e do equipamentos da Câmara Municipal, tendo gasto, sensivelmente, 300.000kg de tout-venant, 200.000kg da responsabilidade da Junta de Freguesia e 100.000kg da responsabilidade da Câmara Municipal, tendo sido feito um excelente trabalho, pelo que agradeceu principalmente ao Chefe da Divisão de Administração Direta e Apoio às Freguesias da Câmara, Sr. Eng.º Carlos Santos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Tito Monteiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu à Câmara pela execução dos caminhos paralelos à variante de Cadima, afirmando terem ficado muito bons, mas que, com os invernos, daqui a 2 ou 3 anos, com certeza, precisarão de obras novamente. Questionou, de seguida, se não se poderia integrar a pavimentação daqueles caminhos no orçamento municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual comentou e respondeu às questões colocadas, da seguinte forma: - Congratulou-se também pelo prémio atribuído a Miguel Castelo Branco, grande investigador que foi homenageado pelo Município no último 25 de julho, e que representa para todos um grande orgulho; - Relativamente aos fundos comunitários, referiu que ao nível do PRR são ainda uma incógnita. Informou, de seguida que foram submetidas várias candidaturas, nomeadamente: - Em maio do ano passado, uma candidatura destinada a acessibilidade urbana na cidade de Cantanhede, com um valor na ordem dos 650.000,00€; - Uma candidatura colocada em setembro, vocacionada para pessoas com algum tipo de dificuldade em termos de acessibilidades, existindo três situações, uma no Corticeiro de Cima, outra na Pocariça e outra em Covões, de crianças e jovens com deficiência em termos de



acessibilidade; - Em março, outra candidatura para a criação do *coworking* em Cantanhede, a instalar nas lojas do Centro Comercial que são propriedade do Município, com obras necessárias na ordem dos 40.000,00€; - Ainda uma candidatura destinada à criação de alojamento urbano urgente e temporário, não apenas para situações de vítimas de violência doméstica, mas também para pessoas que fiquem desalojadas, com um valor que ronda os 800.000,00€; - E ainda, uma outra candidatura para os Bairros Comerciais Digitais, a qual já passou à segunda fase e que ultrapassa 1.000.000,00€. Acrescentou estarem todas submetidas, mas sem qualquer comprovativo de que foram aprovadas. - Relativamente aos Centros de Saúde, informou que o Departamento de Obras Municipais está a trabalhar no sentido de verificar as obras necessárias, para depois se tentar que sejam financiadas através do PRR, com a condição da Câmara ser o dono da obra, assumindo todo o procedimento concursal. Esclareceu que se pretende: - A requalificação do Centro de Saúde de Cantanhede e de toda a sua envolvente; - A requalificação das extensões de Cadima, Febres, Ançã, Tocha e Covões, Sepins e Bolho que não têm intervenções de grande vulto e Murtede que poderá ter alguma situação. - Relativamente à questão da antiga escola Primária da Pena informou que o processo está a ser acompanhado pelo Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, no entanto, a Associação em causa ainda mantém os direitos sobre o imóvel e apesar de não ter atividade nas Finanças, não o consegue libertar para outro utilizador. Acrescentou que o CCR Pena já por várias vezes pediu a utilização do referido imóvel e tem havido alguma pressão junto do Serviço de Finanças de Cantanhede no sentido de se conseguir ultrapassar aquele entrave que decorre já há muitos anos. Referindo o facto de, por vezes, se perderem oportunidades para a requalificação de edifícios, informou que a ADELO, há uns meses, abriu candidaturas para requalificação de algum património local, tendo

sido aprovadas cinco no concelho, a Igreja de Murtede, a sede do Grupo Folclórico da Cordinhã, a Escola que está a ser utilizada pela Associação da Taboeira, a sede da Associação dos Paperinos na Fervença e a Escola dos Lírios. - Relativamente ao piso da estrada em Vila Nova, informou ter já pedido um orçamento, estando agendado. Relativamente aos caminhos vicinais, recordou serem da competência exclusiva das Juntas de Freguesia, mesmo antes da transferência de competências, e que a grande parte dos municípios não dá apoio para os mesmos porque entendem que as Juntas devem trabalhar com o dinheiro que recebem do Estado. Acrescentou que, quando uma Freguesia tem quilómetros de caminhos vicinais, muitas vezes não o consegue fazer. Relativamente à intervenção, informou ter tido conhecimento que o trabalho tinha sido efetuado e ficado muito bom. Relativamente à questão dos caminhos paralelos, recordou que alguns, nomeadamente entre Cadima e Sanguinheira em direção à Tocha, também são utilizados para uma parte mais de lúdica, tendo ficados bem compactados e com um acesso muito visível.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Malta, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu à Sr.^a Presidente da Câmara por ter já respondido à dúvida deixada na última sessão, em relação à data da receção provisória da obra na Tocha, tendo ficado esclarecido. Questionou, de seguida, sobre o porquê do Parque Infantil da Urbanização Vila D'Alva ter sido encerrado na segunda-feira, uma vez que não está danificado, nem existe justificação aparente para tal. Finalmente, referindo-se à Rua Dr. Albano Pais de Sousa, Rua que serve as bombas junto ao Intermarché, informou ter visto uma conversa no Facebook sobre a probabilidade de acidente naquele local, porque os carros que vêm da rotunda da Funerária ou da rotunda dos Bombeiros podem virar para o posto de abastecimento, facto sobre o qual também tem conhecimento ter sido alertado em



Assembleia de Freguesia. Acrescentou que, há cerca de duas semanas, talvez por decisão vinda da Comissão de Trânsito do Município, foi lá colocado um risco contínuo, possivelmente em resposta àquelas preocupações. No entanto, enquanto frequentador daquele posto de abastecimento, verifica que durante o dia não existe quase trânsito, assistindo frequentemente a automobilistas cruzarem aquele traço contínuo. Acredita que o problema se circunscreve às horas de ponta, entre as 7 e as 8 e meia da manhã ou eventualmente ao final da tarde, não fazendo sentido ter de ir à rotunda e voltar só para virar, o que não está a acontecer. Assim, apelou a alguma sensibilidade na decisão deste tipo de decisões por parte da Comissão de Trânsito.--

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, em 13/02/2023 ocorreu na Junta de Freguesia de Ançã a reunião de lançamento da candidatura do calcário Pedra de Ançã à designação de Pedra Património Mundial, em inglês, Global Heritage Stone Research. Esclareceu que aquela atribuição visa o reconhecimento Internacional das pedras naturais que, enquanto recurso geológico, alcançaram uma utilização generalizada na cultura humana. Informou ainda, que estiveram presentes na sede da Junta, para reunião e oficialização daquela candidatura, a Dr.^a Maria Helena Henriques que vai liderar o projeto e David Martin Freire, geólogo e membro do Conselho da UNESCO e do GS Sucos Missionary Stones, para além de duas doutorandas daquele centro. Esclareceu, de seguida, que Global Heritage Stone Research é uma designação científica criada e gerida pela Heritage Stone Subcommission, União Internacional das Ciências Geológicas e pela Associação Internacional de Engenharia Geológica e Ambiente para incrementar o conhecimento geológico, uso e conservação de pedras naturais de importância histórica em todo o mundo. Acrescentou que, o calcário Lioz

e o mármore de Estremoz são as únicas rochas ornamentais portuguesas que detêm aquela designação até ao momento e que, dado que o calcário de Ançã cumpre os requisitos necessários para obter tal designação, um grupo de investigadores docentes da Geociências da Universidade de Coimbra, avançou com a proposta que será apresentada na Assembleia Geral da União Europeia de Geociências em Viena - Áustria, em abril deste ano. Referiu ser um reconhecimento que muito orgulha e engrandece todos os ançanenses e certamente as freguesias limítrofes e o próprio concelho de Cantanhede, bem como um trabalho fundamental para reconhecer a pedra de Ançã a título mundial, mas que isoladamente terá um bocadinho menos valor se não se souber potenciar e valorizar para ganhos enormes para a região, concelho e Freguesia. Acrescentou ainda que a Freguesia de Ançã é parceira, desde a primeira hora, do projeto, estando também em curso o estudo e desenvolvimento de outros projetos conjuntos com o Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, como cumprimento do programa do seu executivo de recolocar a Pedra de Ançã na memória coletiva e de valorizar este património vetado um pouco ao esquecimento durante muitos anos. Referiu que a candidatura à arte em Pedra de Ançã às 7 Maravilhas da Cultura Popular Portuguesa atingiu as finais regionais, fruto da fantástica promoção da marca Pedra de Ançã e obteve também o Prémio 5 Estrelas Regiões, sistema de avaliação que mede o grau de satisfação de produtos, serviços e marcas de origem portuguesa, que conferem aos seus utilizadores, sendo também uma forma de identificar o que de melhor existe em Portugal e assim, dar a conhecer e recolocar nas bocas do mundo e no pensamento e conhecimento coletivo esta matéria-prima de excelência com que se realizou muito da arte que hoje é património da humanidade e, através dela, a nossa terra, região e concelho. Não esquecendo o excelente trabalho desenvolvido pelo município com o Museu da Pedra de Ançã e com a criação



da Rota do Calcário, afirmou ainda haver muito a fazer. Recordou, de seguida que, em 2020, após a candidatura às 7 maravilhas, a Junta de Freguesia de Ançã lançou um desafio ao executivo municipal e à própria Assembleia Municipal para a implementação de cinco medidas essenciais para potenciar a valorização da Pedra de Ançã, as quais sofreram algum revés pelas circunstâncias pandémicas e que devem ser retomadas. Recordou ainda que, Cantanhede, conjuntamente com a Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Mealhada e Penacova, integram atualmente um projeto liderado pela ADELO com assessoria científica do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra com vista ao estabelecimento Geoparque Atlântico e o seu reconhecimento por parte da UNESCO na Rede Mundial de Geoparques. Nesse contexto, referiu que o calcário de Ançã desempenhará um papel emblemático enquanto recurso geológico de excelência do Município. No entanto, para que o projeto se imponha no terreno e tenha sucesso na UNESCO, é necessário um maior envolvimento da população e das Freguesias em torno dos valores naturais e culturais do território, cabendo aos órgãos que as representam uma divulgação assertiva e eficaz dos mesmos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, congratulou-se em nome da bancada do Partido Socialista pela descentralização da realização das Assembleias Municipais, desta vez no Hospital Rovisco Pais, património da freguesia, do concelho, do distrito e até do país, sendo uma forma de aproximar os eleitos aos eleitores. Acrescentou que, realizando-se no Hospital Rovisco Pais onde se irá refletir sobre a saúde no nosso concelho, espera que numa próxima descentralização se realize numa escola para se refletir sobre o estado da educação no concelho, numa Associação Cultural e Recreativa para se refletir sobre a política cultural do concelho, numa associação



desportiva, para se refletir sobre a situação do desporto no concelho e, quem sabe, até numa empresa para se refletir sobre a situação económica do tecido empresarial do concelho de Cantanhede. Relativamente à questão da pedra de Ançã, felicitou a Junta Freguesia de Ançã pela iniciativa da sua promoção que considera extremamente importante, no entanto estranhou a falta de envolvimento pela Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil. Referiu que, efetivamente Ançã tem muita pedra e teve muito mais, mas a pedra explorada hoje é da União das Freguesias de Portunhos e Outil, já não existindo pedreiras em atividades em Vila Nova, mas ainda existindo em Portunhos. Referiu que, para benefício do projeto, deveriam estar envolvidos em parceria a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil e a Câmara Municipal de Cantanhede porque a força faz-se na união. Finalmente, recordando que o orçamento participativo jovem está exposto no site da Câmara Municipal de Cantanhede, e que segundo a sua calendarização, em julho seriam divulgados os resultados e seriam apresentados os vencedores e entre julho e dezembro seriam implementadas as propostas vencedoras, questionou sobre o ponto da situação daquele processo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual subscreveu as palavras anteriormente proferidas relativas à descentralização do local de realização das sessões da Assembleia Municipal e à questão sobre o orçamento participativo jovem. De seguida, debruçou-se sobre os seguintes assuntos:

- Relativamente à habitação, considerada uma das questões do momento, apelou ao Executivo para que pense sobre a questão, nas suas competências em termos de planeamento e de planos diretores, mas também em termos de taxas para que possa contribuir com algumas medidas para as dificuldades dos jovens. Referiu ter um mapa do “Observador” que mostra quais são os concelhos que percentualmente têm mais

casas desabitadas, não sendo nem Lisboa, nem o Porto, mas sim o interior e o Alentejo porque os sucessivos governos não têm conseguido resolver o problema da desertificação. Nesse sentido, ao verificar-se que há uma desertificação do interior para o litoral, também se verifica que há uma desertificação dentro do próprio concelho, das aldeias para a sede do concelho, o que deve ser tido em consideração nas políticas do executivo. Recordou que, recentemente, foi apresentado um pacote legislativo do Governo, com medidas boas, umas assim assim, e outras más, estas últimas que incluem o arrendamento coercivo, quando as redes sociais e os jornais estão cheios de património do Estado ao abandono, como acontece com os edifícios do Ministério da Saúde, junto ao Rovisco Pais, que podiam estar a ser potenciados para turismo de saúde, para recuperações que impliquem um contacto com a natureza ao ar livre, ou até rentabilizadas para habitação; Relativamente ao facto das bancadas serem livres de trazerem à Assembleia as questões que entendem, pese embora as divergências políticas e a maior parte das questões serem extremamente pertinentes e a bancada do PSD até partilhar algumas das questões que têm sido levantadas pelas bancadas da oposição, afirmou não se poder concordar que, depois, se publique que um conjunto de questões colocadas na última Assembleia Municipal ficaram sem resposta. Acrescentou que, se se ouvir a gravação da sessão, verifica-se que para aquelas questões, foram apresentadas quatro ou cinco respostas, o que não lhe parece correto. Afirmou referir-se concretamente ao assunto do preço da água, questão com a qual a bancada do PSD também se preocupa, e com a qual, para fazer política, bastava ter levantada a questão. Acrescentou ter havido respostas, nomeadamente, que havia questões legais, que a própria ERSAR já tinha levantado problemas acerca do assunto, foi dito que os custos energéticos têm reflexo no custo da água, que o aumento dos vencimentos decorrente da questão da sustentabilidade,

também teve reflexo no custo da água e foi dito que há outras tarifas que pesam na fatura total. Também relativamente aos caminhos de Cadima, foi explicado que os caminhos são da competência das Juntas, que a Câmara se articula com as Juntas, que foi dada resposta no terreno em articulação com os agentes envolvidos, pelo que dizer que não houve resposta, não lhe parece de todo adequado; - Aproveitando a questão dos caminhos, referiu que, efetivamente, Cadima tem muitos caminhos paralelos à variante regional, considerando que deve haver critérios de equidade, referiu existirem caminhos paralelos à Estrada Nacional 234 nas Freguesias de Cantanhede, Febres, São Caetano e na União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, caminhos paralelos à A17 na Sanguinheira e em São Caetano, caminhos paralelos à A14 em Ançã e na União de Freguesias de Portunhos e Outil e ainda caminhos paralelos à A1 nas Freguesias de Murtede e na União de Freguesias de Sepins e Bolho, todos caminhos que não eram das Juntas e que todos desejariam que pudessem ser melhorados. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o qual, recordando as palavras da Sr.ª Presidente da Câmara a propósito do Museu do Rovisco Pais, afirmou valer a pena visitá-lo porque contém todo o histórico do Hospital Rovisco Pais. Referiu de seguida, que existiam umas esculturas lindíssimas, em pedra de Ançã, na rotunda da entrada do antigo preventório do Hospital Rovisco Pais, onde funciona hoje a Progresso e Vida e onde funcionou a Escola Secundária da Tocha, do escultor preferido do Bissaya Barreto e que foram levadas para o Hospital Pediátrico. Referiu que aquelas esculturas são do Hospital Rovisco Pais, pelo que se deveria pedir que voltem ao seu local de origem, ou pelo menos, que haja no Museu do Rovisco Pais e na estrutura onde estão atualmente colocadas essas esculturas uma referência à origem histórica



desse património como tendo pertencido ao Hospital Rovisco Pais e tendo feito parte do património cultural do Município de Cantanhede.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual, em nome da bancada do Partido Socialista, associou-se às felicitações transmitidas por parte da bancada do PSD, ao investigador Miguel Castelo Branco e propôs que as mesmas fossem transformadas num voto de louvor.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Cruz, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, relativamente à situação da queda da ponte na Estrada Florestal, agradeceu o esclarecimento dado pela Sr.^a Presidente da Câmara relativamente à competência e à responsabilidade daquela estrada, que é o ICNF. Referiu, de seguida, ter estado numa reunião sobre o assunto com várias entidades, da qual saiu preocupado com a situação, porque, se por um lado, é claro que a situação vai ser resolvida, porque há uma obra para inaugurar, que é a EuroVelo, por outro lado, num abrir e fechar de olhos se chega à época balnear e aquela estrada pode ajudar muito naquela época. Acrescentou que a população está preocupada, tal como a Junta de Freguesia, porque não vai ser uma situação fácil de resolver, pelo que gostaria que o Município, em conjunto com a Junta de Freguesia e a Comissão de Baldios, fizessem alguma pressão para se resolver a situação. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual, voltando à candidatura da Pedra de Ançã a património mundial, informou que a Câmara é parceira desta e de outras atividades, quer a nível do executivo, quer através do Museu da Pedra e que, a candidatura é científica, pretendendo o reconhecimento internacional das pedras naturais enquanto recurso geológico, não se tratando de aferir o local da sua extração,

mas sim reconhecer o calcário de Ançã, extraído em Ançã e não só. Afirmou fazer todo o, sentido a Junta de Freguesia de Ançã se ter associado àquela candidatura, o que deveria ser motivo de regozijo para todos, e que favorece não só a Freguesia de Ançã, como também as Freguesias limítrofes, onde ainda hoje é explorada a pedra de Ançã. Terminou a sua intervenção citando a última parte da sua apresentação anterior, na qual dizia claramente, *“contudo decorrente deste projeto e para que ele se imponha no terreno e tenha sucesso na UNESCO, é necessário um maior envolvimento da população e das freguesias em torno dos valores naturais e culturais do território, cabendo aos órgãos que as representam uma divulgação assertiva e eficaz dos mesmos. Ançã, enquanto localidade de origem do calcário de Ançã, não quer, nem ficará de fora deste desafio.”* -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra ao Sr. Tito Monteiro, o qual, voltando ao assunto dos caminhos, referiu que os caminhos paralelos não são caminhos vicinais, sendo estes os que derivam do paralelo. Acrescentou que a Câmara tem de fazer os caminhos paralelos em condições para que a Junta a seguir possa arranjar os que deles derivam.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Carlos Fernandes, respondendo que, por essa ordem de ideias, os caminhos paralelos seriam da competência da entidade gestora da via principal, por exemplo, os da via regional seriam eventualmente municipais ou da IP e os das autoestradas seriam das autoestradas respetivas. Esclareceu, de seguida existirem processos de Juntas de Freguesias contra as concessionárias, em Tribunal, tendo havido o entendimento jurídico de que, a partir do momento que os caminhos são construídos e se destinam a substituir outros acessos existentes, passam a vicinais. Relativamente à proposta de Voto de Louvor, referiu que a sua bancada nada tem a opor, com a condição de ser em primeiro lugar redigido e apresentado na

próxima sessão, para que, eventualmente a terceira força partidária também se queira associar, sendo apresentada uma proposta comum. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual comentou e respondeu às questões colocadas, da seguinte forma: - Relativamente à questão do Parque Infantil de Vila D`Alva, referiu ser da competência da Junta de Freguesia, que, de certo, deve estar a acautelar alguma preocupação, daí ter sido vedado; - Relativamente ao traço contínuo junto às Bombas do Intermarché, recordou que a Comissão de Trânsito é constituída não só por técnicos da câmara, mas também pelo Sr. Vereador, Adérito Machado, pelos Bombeiros Voluntários e pela G.N.R., sendo esta última a entidade que melhor poderá dar o parecer relativamente àquela questão. Acrescentou que, se já foi colocado o traço contínuo, é muito difícil retirá-lo em determinada hora, sendo evidente ser mais cómodo fazer logo aquela cortada apesar das pessoas estarem a transgredir mesmo ao lado do quartel GNR, pelo que, para ter uma solução não conseguiria ter outra; - Relativamente ao calcário de Ançã, afirmou ser evidente que todos se congratulam com a situação e alertou para o facto de não ser uma candidatura a Património Mundial, mas sim à Global Heritage Stone Resource, uma classificação do calcário de Ançã, do qual faz questão de referenciar as pedreiras da Várzea de Ançã, do Vale de Ançã, de Portunhos e de Outil, como um calcário que abrange outro território e que tem que ser e deve ser potenciado. Referiu que se deve perceber a importância daquele calcário, não só ao nível da construção, mas também ao nível escultórico e arquitetónico, não só em Cantanhede, como no distrito, em toda a região, em Espanha onde existem muitos registos, em parte da Europa e até no Brasil. Salientou existirem registos desde a época romana, e que, na Renascença Coimbrã, pessoas como Nicolau Chanterrene e João de Ruão deixaram grandes obras, a título de exemplo,

referiu os túmulos do primeiro e do segundo Rei de Portugal que estão em Santa Cruz. Referiu ainda que, há situações no concelho que têm que ser sentidas e entendidas como algo de identitário para todos e não especificamente para a Freguesia A ou B, sendo um orgulho coletivo e que irá contribuir também para o projeto do Geopark Atlântico que os municípios que pertencem à ADELO estão a preparar; - Relativamente ao orçamento participativo, informou existirem dois, o orçamento participativo normal, no qual ganhou e foi divulgado a marginal da Praia da Tocha, que se calhar, os serviços não colocaram no site e tem de ser colocado, e o orçamento participativo jovem. Relativamente ao primeiro, informou que o projeto está feito e que estão a tentar obter algum financiamento, que já houve reuniões com os comerciantes locais da marginal e com a Junta de Freguesia, sendo uma obra para avançar. Relativamente ao segundo, como os projetos que foram apresentados não cumpriam a tramitação que tinha sido solicitada, teve de ser novamente refeito.; - Ao nível da habitação, informou que o município fez a estratégia local de habitação através de uma empresa, e já foi submetida. Referiu ser algo muito mais abrangente, contudo, já foi enviada uma outra candidatura, com ligação à CIM e que tem a ver com imóveis para reabilitação e arrendamento acessível. Referiu ser um assunto que também a preocupa e que, inicialmente os serviços tinham dado indicação de casas para reabilitar na cidade, mas têm de ser casas para reabilitar em todo o concelho, tendo sido sinalizadas 35 casas que estão à venda. Informou que também há um tipo de habitação para ser recuperada e colocada no mercado de arrendamento, mas que vai ser tratada pelo IHRU, ficando a responsabilidade do arrendamento por parte do Município. Referiu a sua preocupação relativamente à questão dos custos de reabilitação das casas, no caso de não se conseguir colocar arrendatários nas 35 casas, uma vez que o Município é que tem de fazer o investimento. Recordou, de



seguida, que o Município de Cantanhede não tinha uma tradição forte no arrendamento, quer na cidade, quer nas freguesias, porque habitualmente as pessoas apostavam muito mais na habitação própria. Referiu existirem agora duas situações, uma que é ir ao encontro das necessidades de arrendamento e outra ao encontro da reabilitação o que permite recuperar o património, algum com qualidade; - Informou tido conhecimento, numa reunião onde esteve com a Sr.^a Presidente da CCDR que veem 1200 milhões de euros para a região centro, sendo uma parte para a CIM - Região de Coimbra gerir com os seus municípios, não se conhecendo com que critérios; - Relativamente aos caminhos vicinais, voltou a referir que são da responsabilidade das Juntas de Freguesia. Relativamente à questão da via rápida, referiu ter havido um entendimento de que é uma estrada de acesso a uma praia, logo importante para o turismo, porque apanha a Freguesia de Cadima, mas também as Freguesias da Sanguinheira e da Tocha. Referiu que os outros caminhos são preocupantes, sendo muito utilizados quer por peões, quer por ciclistas, não só em termos de bicicletas como em termos pedonais, podendo-se chegar a um acordo; - Relativamente à questão das esculturas, referiu que deve ser solicitada informação ao CHUC, sobre qual o entendimento em termos da propriedade das mesmas e pressionar no sentido de elas poderem regressar e serem colocadas no local onde se encontravam; - Finalmente, em complemento ao que se disse do Museu do Rovisco Pais, referiu a possibilidade de reabilitar uma Capela do Rovisco Pais que tem uma arquitetura única, com duas alas em que só quem está a celebrar é que pode ver as pessoas de igual forma, sendo uma ala para mulheres e outra para homens, ficando separados sem se verem; - Referiu já ter respondido à preocupação do Sr. Presidente da Junta da Tocha, José Manuel Cruz, e informou ainda que, na próxima semana, espera sair de uma reunião com a Diretora do ICNF e com as outras entidades, já com

a indicação dos *timings* e do que vai ser feito. Voltou a reiterar ser da responsabilidade do Governo, e naturalmente das entidades públicas e nacionais, estando o Município disponível para tecnicamente dar toda a ajuda possível, mas tendo a Senhora Ministra conhecimento do assunto, acredita que esteja sensível para ver de que maneira é que pode ser feita aquela intervenção, uma vez que é importante, não só para a questão da inauguração da EuroVelo, como para questão da acessibilidade entre vários municípios.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou, de seguida, que iria começar pelo **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação e Diagnóstico Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação no Município de Cantanhede”** pelo facto do mesmo ir ser apresentado por uma entidade externa, de modo remoto e que só o poderá fazer até às 17h00. Solicitou, de seguida à Sr.ª Vereadora Célia Simões que apresentasse o assunto.-----

----- Interveio então a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que foi solicitado à Dr.ª Inês Marafuz a apresentação, por videoconferência, do Plano Municipal para a Igualdade e a não Discriminação, submetido pela CIM aos 19 municípios, pelo que, agradecendo a sua disponibilidade, lhe deu a palavra.-----

----- Interveio então, por videoconferência, a Dr.ª Inês Marafuz, a qual informou que a empresa BIZ FUTURE fez o diagnóstico do Município e posteriormente o Plano Municipal, sendo a fase seguinte de implementação. Acrescentou que, a candidatura feita pela CIM Região de Coimbra não inclui todas as fases numa mesma candidatura,

ficando a empresa apenas responsável pela elaboração do diagnóstico e do Plano Municipal. Relativamente ao Plano Municipal, informou ser um documento curto, apoiado com o documento de diagnóstico que tem a informação muito mais pormenorizada e detalhada e com a descrição de todos os indicadores sempre que possível por sexo, tendo em conta a temática. Informou ainda que o Plano Municipal inicia com uma mensagem do executivo e um breve enquadramento sobre a importância do Plano Municipal, bem como o enquadramento do Plano dentro da estratégia nacional para a igualdade e não discriminação. Esclareceu, que, naquela estratégia, existem alguns planos de ação que estão associados à estratégia nacional, sendo com base nesses planos de ação que foi definido um plano de ação para o Município. Começou então com um pequeno resumo, informando que foi caracterizada a vertente interna onde são caracterizados os elementos e também as políticas que são implementadas ou não em termos de igualdade e não discriminação na Câmara Municipal e, a vertente externa, onde através de inquéritos à população e também às empresas locais, se tenta perceber quais são as visões sobre esta temática, tanto da população como das organizações do terceiro setor. Apresentou então um resumo dos recursos humanos da Câmara Municipal, dividido por homens e por mulheres, dando como exemplo que, no órgão da Assembleia Municipal há mais homens do que mulheres, com uma diferença substancial, tal como acontece com os Chefes de Divisão da Câmara. Relativamente às práticas e valores de desigualdades ou igualdades da Câmara Municipal, perante todas as questões que foram colocadas em inquérito à Câmara Municipal, houve uma validação positiva, ou seja, foram implementadas grande parte das políticas que estão definidas no site da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), exceto a questão de não existir um plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens apesar de existirem

medidas que foram implementadas para dar cumprimento à mesma. Informou não terem indicação de terem sido desenvolvidas, nos últimos anos, ações de formação e sensibilização dentro da Câmara Municipal, e na vertente externa, com base nos dados do INE, da Pordata, entre outras fontes, foram analisadas: - As questões demográficas em termos do número de residentes, se existem mais mulheres do que homens, o índice de dependência de idosos e os beneficiários e beneficiárias da licença parental inicial, entre outros indicadores; - Foi feita uma análise socioeconómica, por género, quantos aos beneficiários e beneficiárias com subsídio de desemprego e de rendimento de inserção social, entre outros, e ainda em termos de empregadores, onde se verifica um número mais elevado de homens; - Foi verificado que existe uma diferença grande em termos de salario médio entre homens e mulheres, auferindo os homens um maior vencimento do que as mulheres; - Foi analisada a parte da educação: - Taxas de analfabetismo que continuam a ser maiores no caso das mulheres; - Mais docentes do sexo feminino no pré-escolar; - No que diz respeito à ação e proteção social: - Verificou-se existir um equipamento social para pessoas com deficiência; - Relativamente aos pensionistas, não conseguiram informação discriminada por sexo, apenas números gerais, mas existe um número elevados de pensionistas por velhice; - A criminalidade foi a última vertente analisadas, tendo-se verificado que em 2021 foram registados 64% de crimes contra a integridade física, dos quais 108 crimes foram de violência doméstica, com a maior parte das vítimas do sexo feminino e um grande número de casos de violência doméstica conjugal. - Relativamente aos valores da população, informou terem verificado que ainda existem muitas crenças e estereótipos enraizados na comunidade em geral, relativamente a diversos temas, nomeadamente, ao papel da mulher e do homem nas atividades domésticas, na conciliação entre a vida



profissional e familiar, especialmente para as mulheres, devido às tarefas domésticas e aos filhos, e questões de orientação sexual, entre outras. Relativamente às organizações do terceiro setor, informou que as conclusões obtidas não podem ser generalizadas, porque houve muito pouca adesão ao inquérito por parte das organizações. Passando para o Plano de Ação, informou que, conforme já referiu, existe uma estratégia nacional para a igualdade e não discriminação, que contém três planos de ação e um complementar, pelo que pegaram em cada um daqueles planos de ação da estratégia nacional, nos seus objetivos estratégicos e nos que o município referiu, e que eram realmente importantes de ser trabalhados no município, e incluíram no plano de ação. Relativamente à fase de implementação, que está a começar a decorrer, informou que vão ter de ser implementadas 70% das ações até junho do corrente ano, consoante as metas existentes para os 4 anos de vigência do plano, o que será assegurado por uma empresa externa. Relativamente às medidas, informou que também foram colocados os indicadores de concretização, os promotores da atividade e os potenciais parceiros e foi criada uma equipa para a igualdade. Referiu que, para que a medida seja cumprida, terá de haver pelo menos três reuniões ou presença em eventos relacionados com o plano municipal, existindo metas a cumprir no primeiro ano e seguintes. Esclareceu que, no primeiro ano, relativamente à capacitação dos recursos humanos, terá de ser realizada pelo menos uma ação de formação com um mínimo de 10% dos dirigentes de todos os municípios que estão abrangidos pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, bem como, pelo menos uma ação de sensibilização dirigida à população. Divulgar o plano, afetar recursos financeiros no orçamento municipal, criar um separador temático para incluir toda a informação referente à igualdade de género e não discriminação e à implementação que vai estar a ser realizada de acordo com o plano municipal serão

tarefas a desenvolver. Referiu que, para dar cumprimento ao objetivo estratégico de garantir as condições para uma participação plena igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e na atividade profissional, incluída no plano municipal, será:

- realizado um workshop para a capacitação e promoção do empreendedorismo e da liderança feminina;
- Dinamizadas ações de informação e de sensibilização junto das empresas e organizações, no âmbito da igualdade de género e não discriminação e também da conciliação entre a vida pessoal e familiar;
- Criado um guia de recomendações para o reforço da representação de forma equilibrada entre homens e mulheres;
- Na vertente interna, com o objetivo de garantir o respeito pela dignidade das pessoas no local de trabalho, criar procedimentos específicos ou divulgar procedimentos já existentes para a denúncia ou apresentação de queixas em caso de situações de assédio moral, sexual e violação do respeito pela dignidade, integridade física e psicológica de mulheres e homens no local de trabalho, incluindo uma iniciativa de diálogo para os colaboradores para que debatam as questões da conciliação, desenvolvimento pessoal e gestão de carreiras.

No terceiro objetivo estratégico, informou que se deve garantir as condições para uma educação e uma formação livre de estereótipos de género, através de algumas ações de sensibilização, promovendo a igualdade de oportunidades no desporto escolar, a capacitação do pessoal docente e não docente e a sensibilização da comunidade educativa para a desagregação sexual das profissões. Em termos da igualdade de mulheres e homens na área da saúde, foram incluídas ações de capacitação das equipas técnicas e não técnicas em igualdade de género e não discriminação, sensibilização para combater estereótipos nas diversas modalidades desportivas e ainda ações de informação e sensibilização para estilos de vida saudáveis junto das pessoas seniores. Dentro do plano de ação, existe ainda a promoção de uma cultura



e comunicação social e de estereótipos de género, através da criação de um guia de orientação para a utilização de linguagem inclusiva e também ações de capacitação para a utilização de linguagem inclusiva e não discriminatória, bem como a promoção da igualdade entre mulheres e homens no combate à pobreza e exclusão social e ainda uma medida para ser concretizada em 2024 e atualizada em 2025/26 para promoção de ações de alfabetização digital de mulheres adultas. Relativamente ao segundo Plano de Ação, dirigido à prevenção e ao combate à violência contra mulheres e à violência doméstica, informou que a equipa escolheu alguns objetivos estratégicos, nomeadamente, prevenir e erradicar a tolerância social às várias manifestações de violência contra mulheres e violência doméstica, bem como promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e de não discriminação. Informou não terem colocadas medidas no primeiro ano porque estão mais relacionadas com o pessoal docente e não docente e havia uma dificuldade em compatibilizá-las com o programa de atividades que já estava definido desde o início do ano letivo. Existirão também ações de formação para o pessoal técnico municipal e serão promovidas sessões de informação e workshops sobre violência e violência doméstica para a população em geral e para os primeiro, segundo e terceiro ciclos, no sentido de promover ações de sensibilização para a promoção de uma cultura de não-violência junto das crianças, quer seja através do *bullying*, muito comum nas escolas, ou da violência no namoro, mas também para os mais velhinhos. Relativamente ao apoio e proteção, pretende-se: - Ampliar e consolidar a intervenção, existindo procedimento para garantir o transporte gratuito e seguro para as respostas de acolhimento na rede, já existindo um procedimento que necessita ser materializado; - Reforçar e divulgar as estruturas especializadas para a intervenção na violência doméstica, dinamizar a rede de municípios solidários, à qual o Município

de Cantanhede tem um protocolo assinado e manter uma rede de parcerias com entidades de apoio ao emprego para a inserção laboral de vítimas de violência contra mulheres e violência doméstica. Relativamente à qualificação de profissionais e serviços para a intervenção, serão realizadas ações de formação para o pessoal docente e não docente, para capacitar as equipas técnicas especializadas ou não do Município nos diversos domínios da intervenção com as vítimas e desenvolvidos workshops no âmbito da violência doméstica. Passando para o plano de combate à discriminação e razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e também características sexuais, informou que o primeiro objetivo estratégico diz respeito ao conhecimento da situação real das necessidades da comunidade. Para isso, tem como medida a promoção de uma ação de conhecimento sobre a temática, para a seguir garantir a transversalização das questões da orientação sexual, da identidade e expressão de género e das características sexuais, através de ações de sensibilização e informação sobre aquelas questões, quer para a comunidade educativa, quer para a comunidade em geral. Acrescentou que o Município escolheu ainda um objetivo estratégico, importante para ser analisado e para ser incluído no plano municipal, que é o combate à discriminação e razão da orientação sexual, da identidade e expressão de género e também da orientação sexual, para prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBT existentes na vida pública e privada, com medidas através de ações de sensibilização para a comunidade em geral, para os recursos humanos do tecido empresarial, para os profissionais na área da saúde e ações de formação para os dirigentes da administração pública, de forma a desmistificar conceitos. Relativamente ao plano complementar da estratégia nacional, plano de ação para a prevenção e o combate ao tráfico de seres humanos, informou que se pretende consolidar e reforçar o



conhecimento, informar e sensibilizar sobre a temática do tráfico de seres humanos e, como tal, será assinalado o Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos, que ocorre a 18 de outubro, serão promovidas ações de sensibilização para os mais jovens sobre a temática e, no âmbito de assegurar às vítimas de tráfico um melhor acesso aos seus direitos, consolidar, reforçar e qualificar a intervenção, será colocada como medida promover ações de formação para profissionais das organizações da sociedade civil que atuem diretamente sobre aquele fenómeno. Finalizou a sua intervenção, informando que também há um capítulo sobre a monitorização, avaliação e governança, no final existirá a fase de divulgação e comunicação que, deverá ser feita por uma empresa externa, mas também no site da Câmara e nas redes sociais.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o qual felicitou o Município pela elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação. Constatando a previsão de diversas ações de formação, workshops, ações de sensibilização, enquanto Presidente de uma Instituição de Solidariedade Social, sugeriu que se pudesse ir um pouco mais longe naquela área, ajudando as Instituições, eventualmente escolas, que por vezes, têm candidaturas que precisam de ser preenchidas com esses elementos, a terem o seu próprio plano para a igualdade e não discriminação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Vereadora, Célia Simões, a qual agradeceu a intervenção e respondeu que, o plano foi baseado num diagnóstico que foi feito através do preenchimento de questionários que estiveram online, pelas várias áreas, saúde, Escolas, G.N.R., Câmara Municipal, empresas do terceiro setor, etc... Acrescentou que, conforme foi referido, existe uma empresa a trabalhar no assunto que, com toda a certeza se vai disponibilizar para



ajudar todas as entidades que colaboram no estudo, à medida que o Plano for sendo desenvolvido e forem encontradas necessidade de alterações.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação e Diagnóstico Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação no Município de Cantanhede”**, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - “Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara”**: -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 2 – “Voto de Pesar pelo falecimento de Daniel Regra Dias”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após informar que a proposta de voto de pesar pelo falecimento do Daniel Regra Dias é subscrita por todas as bancadas representadas na Assembleia Municipal, procedeu à leitura da mesma, do seguinte teor: *“Voto de pesar pelo falecimento de Daniel Regra Dias. Foi com profundo sentimento de pesar e profunda consternação que a Assembleia Municipal do Município de Cantanhede recebeu a notícia da morte prematura do Daniel Regra Dias no dia 17/01/2023, ex-deputado desta Assembleia. Daniel Regra Dias tinha 26 anos de idade, nascido a 26/03/1996, filho de Mário Jorge Oliveira Dias e de Judite Maria Pessoa Regra Dias. Efetuou os seus estudos de ensino básico e secundário em Cantanhede, tendo seguidamente ingressado na licenciatura de gestão de empresas no COIMBRA BUSINESS SCHOOL ISCAC, onde concluiu também o mestrado da auditoria empresarial e pública. Enquanto estudante de Coimbra, BUSINESS SCHOOL ISCAC, teve forte participação no associativismo*

estudantil tendo sido Presidente da Direção Geral da Associação de Estudantes do ISCAC, a que se juntou o cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico. Foi também Presidente da Mesa da Assembleia Geral do ISCAC e membro do Conselho Geral e da Assembleia de Representantes de Coimbra BUSINESS SCHOOL ISCAC. Entre as demais participações destacam-se bandeiras como o acordo de concertação pedagógica, a ação social, o desporto jovem, a empregabilidade e a cultura. Na vida da instituição do ensino superior onde se licenciou, participou ativamente no seu movimento cultural, designadamente na vertente musical como membro da Tuna Mista. No seu percurso profissional, abraçou a área da gestão em planeamento e controlo logístico a par da paixão pela música e pela política. A sua paixão pela música continuou com a participação como baterista na banda Onger e da banda Tempo, onde se destacou como baterista, tendo realizado o seu último concerto no dia 03/09/2022, em Penacova. Na política integrou a Juventude Socialista de Coimbra, foi candidato à Assembleia da União de freguesias de Cantanhede e Pocariça e à Assembleia Municipal de Cantanhede pelo Partido Socialista nas eleições autárquicas 2021, tendo sido eleito deputado desta Assembleia Municipal, órgão no qual será votado o presente Voto de Pesar, cargo que viria a suspender e posteriormente a renunciar devido ao problema de saúde que conduziu ao trágico desfecho do seu falecimento. Considerava que na política o fim deve ser unicamente o compromisso e para o Daniel o conceito de compromisso significava o dever de ouvir, refletir e de agir. Na falta de uma destas três palavras, o compromisso deixava de fazer sentido. Nas qualidades pessoais, destacou-se em ter pautado a sua vida por princípios éticos, morais, que devem reger a vida em comunidade. O seu carácter indelével, a lealdade com que se envolvia em todos os compromissos que assumia, a integridade com que



sempre defendeu os seus ideais, não deixaram indiferentes todos os que tiveram o privilégio e a felicidade de o conhecer e privar com ele, qualidades que fizeram do Daniel Regra Dias o exemplo pela sua conduta cívica, cultural e social, em todas as facetas da vida de cidadão exemplar na intervenção cívica de relevo em várias instituições em que esteve ligado e a forma como exerceu com brio e dedicação as atividades que desenvolveu em entidades do Concelho apenas motivado pela satisfação de servir bem as pessoas. O Daniel era um jovem muito dedicado ao seu trabalho, a par do qual mantinha a dedicação às causas de índole cívica, social e humanitárias, com o espírito inconformista face à injustiça e à discriminação. Era um jovem que gostava da política no mais nobre sentido da palavra, política enquanto forma de pensar o que nos rodeia, política enquanto meio através do qual se tenta conseguir um melhor futuro para todos e todas, política enquanto maneira de sentir a comunidade onde estava inserido, fosse ela a aldeia natal, o concelho, o distrito, o país ou até o planeta. Era um jovem que gostava de pensar o ser humano e por isso era um cidadão do mundo. O Daniel era o filho que todos os pais e mães gostariam de ter, o amigo e companheiro de todas as horas, sempre pronto a ajudar, dono de um sorriso afável e olhar doce, era talento, boa educação e humildade, era músico e vida. O Daniel era uma força da natureza, um herói que lutou pela vida até ao último suspiro, era um de nós e assim permanecerá eternamente. Pelo seu exemplo de vida, orientada pelos mais elevados valores éticos e morais e irrepreensível conduta cívica, amante da cultura e das causas cívicas e solidárias, a sua vocação humanista e a enorme abnegação com a causa pública, propõe-se à Assembleia Municipal de Cantanhede reunida a 23/02/2023, delibere aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento de Daniel Regra Dias e endereçar as mais sentidas condolências à família enlutada de Daniel Regra Dias, que se destacou pela sua intervenção cívica, cultural

e política e que nos deixou no passado dia 17/01/2023.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, em nome da bancada do PSD, transmitiu à família enlutada e à bancada do Partido Socialista, representantes do Partido pelo qual foi eleito, as mais sentidas condolências. Acrescentou que, o simples facto de ser um autarca eleito da Assembleia Municipal já justificava o Voto, no entanto era um jovem com uma ativa vida social e política. Olhando para o passado, recordou que, infelizmente, ao longo dos últimos mandatos, foram-se perdendo Membros da Assembleia Municipal, os quais, independentemente dos Partidos que representavam, eram pessoas muito importantes e faziam parte do pluralismo político, perdendo a política, a discussão e Cantanhede.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação por escrutínio secreto o Ponto 2 – **“Voto de Pesar pelo falecimento de Daniel Regra Dias”**, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo que o **Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Requalificação/Pintura do Edifício da Sede da Junta de Freguesia”**, o **Ponto 4 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Aquisição de placas toponímicas”** o **Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Obras na Rua e Travessa do Catalão em Vilamar - 2.ª Fase e na Rua dos Emigrantes em Corticeiro de Cima”** e o **Ponto 6 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de espetáculos de Música Gravada e Licença Especial de Ruído / Desfile de**



Carnaval na Sanguinheira” tratam de assunto relacionados com as freguesias, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que os apresentasse em conjunto, sendo depois votados individualmente, tal como tem sido hábito em anteriores sessões.-----

----- Interveio então a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que o Ponto n.º 3 diz respeito a uma atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha para a requalificação e pintura do edifício da sede da Junta, no valor de 6.027,00€, participado a 100%, o Ponto n.º 4 diz respeito a uma atribuição de subsídio à União de Freguesias das Cantanhede e Pocariça para a aquisição de placas toponímicas, no valor de 486,32€, também participado a 100%, o Ponto n.º 5, diz respeito a uma atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, para as obras da Rua e Travessa do Catalão, em Vilamar – 2ª fase e da Rua dos Emigrantes, em Corticeiro de Cima, no valor de 25.303,91€, também na totalidade e o Ponto n.º 6 diz respeito a uma isenção de pagamento de taxas à Freguesia da Sanguinheira, devidas pela emissão de uma Licença de Espetáculos de música gravada e uma licença especial de ruído, para o desfile de Carnaval na Sanguinheira, no valor de 39,31€.-----

----- Passou-se então ao **Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Requalificação/Pintura do Edifício da Sede da Junta de Freguesia”**, o qual não tendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação e foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 4 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça /**

Aquisição de placas toponímicas”, o qual não tendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação e foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Obras na Rua e Travessa do Catalão em Vilamar - 2.ª Fase e na Rua dos Emigrantes em Corticeiro de Cima”,** o qual não tendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação e foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 6 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de espetáculos de Música Gravada e Licença Especial de Ruído / Desfile de Carnaval na Sanguinheira”,** o qual não tendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação e foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 7 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de Transferência de Competências para o Município no Domínio da Ação Social / Prorrogação de prazo”:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, relativamente à questão da Ação Social, desde a primeira hora, tanto o Executivo, como a CIM e a Associação Nacional de Municípios Portugueses eram contra a transferência, pelas questões relacionadas com a parte financeira. Após resumir brevemente todo o desenvolvimento do processo, destacando a disponibilidade da Senhora Diretora do Segurança Social de Coimbra e da Sr.ª Ministra da Coesão, informou que o valor inicialmente previsto para o Concelho de Cantanhede era de cerca de 38.000,00€ passou para 252.104,53€. Acrescentou que, depois daquelas negociações, o Estado entendeu passar o prazo limite para transferência de Competências na área da Ação Social para dia 3 de abril.



Informou, de seguida que o Município já tem funcionárias que fizeram formação em matéria de RSI e SAS, sendo necessário adaptar alguns espaços, também com a possibilidade do serviço poder ser alargado às Juntas de Freguesia que tenham alguma estrutura, quer em termos de edifício, quer em termos de funcionários, para que os beneficiários não tenham de se deslocar à sede do município. Finalizou a sua intervenção referindo que, no momento, está tudo preparado, salvaguardando uma questão ou outra do edifício, para aceitar as transferências na área da Ação Social a partir do dia 3 de abril.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de Transferência de Competências para o Município no Domínio da Ação Social / Prorrogação de prazo”**, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 8 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de hasta pública para “concessão da exploração do Bar, Restaurante e apoio de Praia completo da Praia da Tocha, Setor Norte”**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o projeto arquitetura do bar / restaurante e apoio de praia completo da Praia da Tocha, no setor norte, foi feito pelo Departamento de Obras Municipais da Câmara. Informou, de seguida ser o local onde funciona, no momento, o estabelecimento Vida Boa, que vai ser demolido, constando do Caderno de Encargos para a Hasta Pública a execução das necessárias obras, que, no final do contrato passarão a integrar o património municipal. Acrescentou que o custo da construção do apoio de praia completo estima-se em 201.157,50€, IVA incluído, com uma carência de pagamento de rendas, dado ficar a cargo de quem



ganhar a concessão, entre 2023 e 2046. Informou ainda que o apoio de praia completo tem 43,70 m² de área e abrange as instalações sanitárias, balneários, o posto de socorro, o armazém de apoio de praia, uma zona de refeições coberta com 79,90 m², uma cozinha e zonas de apoio com 34,20 m², uma esplanada descoberta com 89,15 m² e passadiços de acesso com 75m². Acrescentou ter direito de preferência o atual concessionário, sendo a base de licitação pela concessão, no mínimo, de 5.000,00€ mais IVA, a pagar nos 2 últimos anos, uma vez que os outros anos serão por conta do que o concessionário terá de despender com as obras. Referiu ainda que todo o projeto passou também pela APA e pela Capitania, estando agora em causa aprovar quer o projeto, quer as normas da concessão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual chamou a atenção para o facto de constar no documento que o apoio de praia completo tem 43 m², mas depois, verifica-se que a zona de refeições tem 80m², mais uma zona de apoio com 35m², uma esplanada com mais de 89m² e passadiço de acesso com 75m², o que não corresponde.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que a área do apoio de praia não está correta, mas que as restantes estão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual referindo que o novo edifício, ao longo dos anos vai sofrer alguma degradação marítima, ou alguma erosão, questionou sobre quem terá de fazer a manutenção daquele espaço.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que será o concessionário.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual referiu ter percebido que o Concessionário não paga a renda nos dois primeiros anos e questionou se está correto.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que não paga a renda nos primeiros 23 anos mas paga nos dois últimos, uma vez que irá despender mais de 200.000,00€ com as obras a efetuar.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de hasta pública para “concessão da exploração do Bar, Restaurante e apoio de Praia completo da Praia da Tocha, Setor Norte”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 9 - “Da Inspeção Geral de Finanças / Contratos Programa celebrados com a INOVA 2020 / Esclarecimentos e aprovação das Minutas das Adendas para o ano 2023 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico - Espaços Verdes / Quinta Agrícola Biológica / Transportes Urbanos / Limpeza Urbana”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, a Inspeção Geral de Finanças, relativamente às contas 2020, alertou que a Câmara tinha de comunicar à INOVA sobre alguns procedimentos, e com base nesses procedimentos, propõe-se uma adenda aos protocolos do corrente ano, indo ao encontro do proposto pelo IGF relativamente ao ano de 2020. Acrescentou que, um dos procedimentos propostos é que, os contratos programa sejam apresentados pela INOVA, durante o mês de outubro, sendo assinados após a aprovação do orçamento municipal, tendo por base os resultados da contabilidade analítica. Acrescentou que a INOVA já adquiriu um

novo software informático que entrou agora em funcionamento em 2023, para poder responder melhor àquelas necessidades, uma vez que todos os anexos dos contratos/ programa que permitem o apuramento dos custos dos mesmos devem sair diretamente daquele programa, no qual, também se pode fazer a verificação da execução do respetivo contrato em tempo real e que ficou também definido com o Município que serão apresentados relatórios trimestrais sobre a execução dos contratos/programa. Dando como exemplo o contrato / programa do desenvolvimento urbanístico e paisagístico / espaços verdes para o ano de 2024, informou ainda que a INOVA terá de fazer consultas ao mercado, tendo por base os mesmos pressupostos de serviço que executa, nomeadamente, a área a manter, os meios mecânicos necessários para o serviço de plantação e replantação de flores, arbustos e árvores, porque tem de comprovar que não existe um valor no mercado mais baixo do que o valor contratualizado com o Município, o mesmo acontecendo com o Contrato Programa da Limpeza Urbana para aquele ano. Relativamente à Quinta Agrícola informou que vai ser analisada no sentido de continuar com a sua função ou fazer alguma alteração. Relativamente aos Transportes Urbanos, recordou que Município já delegou essa competência na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que irá inserir todo o transporte urbano da cidade de Cantanhede.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionando se, caso após consulta ao mercado para os espaços verdes, o mercado responder com uma proposta inferior à da INOVA, poderá ser contratada a empresa externa.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente, da Câmara Helena Teodósio, que não, a INOVA tem que refazer a proposta e baixar o preço que propõe à Câmara para o contrato/programa.-----



----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, constatando que, o facto da INOVA fazer uma diminuição dos valores, possivelmente poderá pôr em causa a sua viabilidade financeira, devido à sua estrutura de custos, porque tem salários a pagar e maquinaria, entre outros, devendo o executivo estar atento em relação ao futuro. Acrescentou que, a INOVA foi criada em 2001 e que, com o passar do tempo, há questões que têm de ser abordadas de uma outra forma.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, esclarecendo que a INOVA não tem funcionários suficientes para fazer a manutenção de todos os espaços verdes e tem uma parte que está contratualizada. Acrescentou que a Câmara só pode subsidiar as áreas que são deficitárias, sendo que as áreas da água, do saneamento e dos resíduos não são subsidiados.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou a boa cobertura de saneamento no concelho, graças ao recurso a fundos comunitários, alicerçado num projeto devidamente sustentado de viabilidade económico/financeira, o que levou a que a taxa a cobrar ao munícipe tinha de ter determinado valor. Acrescentou que, o financiamento de fundos comunitários só é possível se cumprir um conjunto de requisitos, não dependendo do Município manter preços baixos, por muito boa vontade política que tenha.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual recordou já por várias vezes ter comentado que os custos com o Contratos-programa dos Espaços Verdes, da Quinta Agrícola, do Desenvolvimento Urbanístico e dos Transportes Urbanos têm vindo sustentadamente a aumentar, o que foi justificado com um aumento dos custos. Referiu, de seguida ver toda a vantagem no procedimento proposto, no sentido de se saber o valor de mercado, para comparar os preços da INOVA com empresas externas, sendo uma forma de regulamentar



esses preços, decisão que considera ser de congratular, em nome da transparência e da justiça.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, acrescentando que há uma grande quantidade de municípios que criticam empresas municipais como a de Cantanhede pelos valores que tem a água, e quando fala em água, fala em tudo, água, saneamento e resíduos sólidos. Informou, de seguida, que irá ter mais uma reunião com a entidade e alguns elementos da CIM, e até vão ao Parlamento falar sobre o assunto, porque a proposta de subida dos preços é de tal maneira grande que iria ter um impacto extraordinário no consumidor. Acrescentou que a situação tem de ser equilibrada e a ERSAR analisa exatamente isso, porque uma empresa como a INOVA não pode ter um desequilíbrio e ser subsidiada, como acontecia em alguns municípios, em que a própria Câmara subsidiava o valor real do custo do serviço. Recordou que, existiam Câmaras que compravam água a Cantanhede e vendiam-na aos seus munícipes mais barata, o que já não acontece no momento. Informou ainda que, sempre que são apresentados os contratos / programa pela INOVA é apresentado um trabalho em Excel mostrando quanto custam os funcionários que representam os reais custos para a INOVA desempenhar aqueles serviços. Informou ainda que, este ano os aumentos em alguns serviços não foram contemplados e que foi feita uma redução de pessoal, o que pode vir a afetar a qualidade do serviço, não sendo o pretendido. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmando que o que a Sr.^a Presidente da Câmara acabou de dizer é extremamente importante porque, continuamente, assiste-se quer na Administração Pública Local, quer na Central, a uma externalização de muitos serviços que poderão ser mais baratos, tendo-se de cumprir com a indicação da Inspeção Geral de Finanças. Chamou, no entanto, a



atenção para o facto de ser necessário aferir se o serviço então prestado é de igual qualidade, porque já houve necessidade de chamar a atenção a empresas que faziam a limpeza, porque o serviço não estava a ser bem feito. Reforçou ser necessário ponderar a questão do custo, mas também da qualidade do serviço. Referiu ainda que o Município de Cantanhede, é tido como um concelho limpo e verde, pretendendo-se que assim continue, mas para isso é preciso investimento, tendo a INOVA sempre honrado esse objetivo, apesar das dificuldades que muitas vezes existem naquelas empresas, de garantir um serviço de qualidade.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 - “Da Inspeção Geral de Finanças / Contratos Programa celebrados com a INOVA 2020 / Esclarecimentos e aprovação das Minutas das Adendas para o ano 2023 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico - Espaços Verdes / Quinta Agrícola Biológica / Transportes Urbanos / Limpeza Urbana”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 10 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação de verbas não justificadas / Contratos Interadministrativos / União das Freguesias de Portunhos e Outil”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com as verbas que são transferidas para as Juntas, havia nas competências correntes e delegação de competências, um valor de 69.901,98€ na União das Freguesias de Portunhos e Outil, mas foram apenas apresentados documentos de despesa para aquela União de Freguesias no valor de 56.979,36€ para o ano de 2022, havendo necessidade de descabimentar o valor de 2.922,62€ e anular aquela verba.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10**

- **“Apreciação, discussão e votação da proposta de anulação de verbas não justificadas / Contratos Interadministrativos / União das Freguesias de Portunhos e Outil”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 11 - “Relatório de execução dos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia em 2022 / Para conhecimento”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, sendo o relatório público não iria desenvolver muito o assunto. Acrescentou ter sido feito um trabalho pela Divisão da Administração Direta, que irá ser complementado ano após ano, onde, por uma atitude de maior transparência, se consegue ver o que as Juntas fizeram com as transferências de verbas do município, o material que foi solicitado pelas Juntas, aquisições de tratores, as que gastaram muito, pouco ou nada e as que utilizaram subsídios e de que forma.-----

----- A assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que o **Ponto 12 - “Apreciação, discussão e votação da minuta dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar com as Freguesias do Concelho - Requalificação Urbana 2023”** e o **Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação da minuta dos Acordos de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho - Apoio competências próprias ao nível dos equipamentos e espaços verdes 2023”**, pudessem ser explicados em conjunto, sendo de seguida cada um votado individualmente, o que foi consentido.-----

----- Começando então pelo Ponto 12, a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena



Teodósio, recordou que os contratos interadministrativos destinam-se às intervenções que as Juntas de Freguesia fazem em propriedade municipal, nomeadamente, passeios, alguns Largos, algumas zonas sobrelevadas e tudo o que transita para domínio público, nada tendo a ver com as competências próprias das Freguesias que recebem do FEF exatamente para face a essas competências. De seguida, com o apoio de uma projeção, deu as explicações que entendeu por necessárias, quer relativamente aos Contratos Interadministrativos, quer aos Acordos de Colaboração, informando que, resumidamente, os Contratos Interadministrativos consubstanciam um total de 400.000,00 €, mais 100.000,00€ em materiais, mais as verbas que vão para os espaços verdes e o valor que é transferido para a DGAL e ainda com o que se gasta em caminhos vicinais nas aquisições de tout-venant, representa um valor total de 1.203.182,95€ que irá transitar para as Juntas de Freguesia, de acordo com as tabelas apresentadas. Referiu ainda ser evidente que a ideia é dar mais autonomia às Juntas para fazerem outro tipo de intervenções, dando-lhes mais liberdade e mais capacidade de as poderem fazer, num trabalho conjunto e cujo objetivo é só um, fazer intervenções no Município e nas Juntas de Freguesia, de acordo com a dimensão de cada uma e o seu número de habitantes. Informou ainda que, não estão contemplados aqueles outros subsídios que são dados quando, por exemplo, pretendem adquirir um terreno ou uma viatura com o apoio da Câmara, subsídios esses que serão regulados pelo Regulamento de Apoio às Freguesias que está a ser concluído. Finalmente, referiu que tudo será muito bem filtrado pelo IGF, nomeadamente, o que é atribuído, qual o comprovativo, se há duplicação, isto é se a despesa está a ser imputada aos protocolos que são estabelecidos com o Município.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 12 - “Apreciação, discussão e votação da minuta dos Contratos**



Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar com as Freguesias do Concelho - Requalificação Urbana 2023", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Fim do intervalo, **passou-se, de seguida ao Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação da minuta dos Acordos de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho - Apoio competências próprias ao nível dos equipamentos e espaços verdes 2023**”, para o qual também não havendo qualquer pedido de intervenção e colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a consideração de todos os presentes um curto intervalo, dado que o Conselho de Administração do Rovisco Pais teve a amabilidade disponibilizar um pequeno lanche para todos, o que foi aceite.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 14 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na CIM RC, no âmbito das Contraordenações no domínio do estacionamento público”:-**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em causa, destina-se ao processo de decisão de aplicação de coimas e custas, e execução fiscal, quando pelos infratores não for efetuado o pagamento voluntário da jurisdição e circunscrição territorial do município, e a aquisição de eventuais serviços de gestão necessários à boa execução contratual. Referiu de seguida que, de acordo com os números, Cantanhede é dos Concelhos que tem menos valor, porque desde o Covid deixou-se de ter o pagamento dos parquímetros, sendo a maioria das multas sobre estacionamento. Esclareceu, finalmente, que a minuta do contrato Interadministrativo a celebrar com a CIM, tem

como objetivo ser a CIM a fazer toda a tramitação relativa às contraordenações no domínio do estacionamento.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na CIM RC, no âmbito das Contraordenações no domínio do estacionamento público”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 15 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto autoridades de transportes, a celebrar com a CIM RC”**:-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de um processo já longo, tendo já a CIM as competências ao nível do transporte e feitos vários concursos com valores a nível internacional. Acrescentou que o valor do contrato é um valor bruto, que poderá ainda descer, porque não estão contabilizados os apoios, quer europeus, quer eventualmente do Estado, mas que tem de ser colocado em orçamento. Informou ainda que o valor é relativo ao mês de dezembro e aos anos seguintes, 5 anos mais 2 e que, o valor anual referido em termos de défice para o Município de Cantanhede é de 701.000,00€. Esclareceu, de seguida, que no mês de março, após a celebração do contrato, a equipa externa que fez aquele trabalho para a CIM, irá voltar a reunir com os Municípios no sentido de ponderar retirar alguns circuitos, que podem não ser muito necessários, no sentido de se poder reduzir aquele valor. Informou também que, no momento, desconhece-se o que se vai receber do Estado relativamente a transportes, porque o valor correspondente está

diluído no Fundo Social Municipal, e que, em 2022, foram faturados em transportes 670.864,33€. Relativamente aos outros Municípios, como exemplo, informou que a cidade de Coimbra não entra porque tem os SMTUC, mas tem um valor na ordem de 1.700.000,00€, a Figueira da Foz 1.017.000,00€ e Arganil com mais de 500.000,00€, os quais sendo municípios com menos de área, portanto, tendo o transporte que ser feito para todas as localidades, atinge aqui valores muito grandes. Acrescentou ainda que, em termos de défice, aqueles Municípios andam na base dos 300.000,00€/400.000,00€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação **Ponto 15 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências delegadas dos Municípios enquanto autoridades de transportes, a celebrar com a CIM RC”**. tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento para o Conselho Municipal de Desporto”**:

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, solicitou ao Sr. Presidente da Mesa, João Moura, que o Sr. Vereador, Adérito Machado apresentasse a proposta em apreço.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que o Regulamento do Conselho Municipal do Desporto foi proposto na reunião de Câmara de 21/02/2022 e pretende ser uma forma global de delinear o desporto no futuro, para o concelho de Cantanhede, tendo sido aprovado e deliberado ser submetido a consulta pública na reunião de Câmara de 03/10/2022, e finalmente

aprovado, após a consulta pública, por unanimidade, na reunião de Câmara de 18/01/2023, tendo agora de ser aprovado pela Assembleia Municipal. Acrescentou ainda que o Conselho Municipal do Desporto tenta ser um espaço de participação ativa, de debate, de diálogo, sobre orientações e políticas desportivas para o Concelho, sendo também um órgão consultivo que promove a análise e o debate participativo dos vários agentes desportivos.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou sobre quem constitui o Conselho Municipal do Desporto.

----- Respondeu o Sr. Vereador, Adérito Machado que o Conselho é composto pelos seguintes elementos: o Vereador responsável pelo Pelouro do Desporto que preside, o Diretor Departamento de Desenvolvimento Económico e Social, o Chefe da Divisão do Desporto, um representante dos Presidentes da Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal e um representante da Assembleia Municipal eleito pela Assembleia Municipal, três representantes de Clubes e Associações Desportivas com maior pontuação obtida no subprograma 1 do Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, estes variam consoante o ano, um representante do clube da Associação Desportiva com maior pontuação obtida no subprograma 4 do mesmo Regulamento, um representante dos Clubes e Associações Desportivas do concelho de Cantanhede, com exceção das definidas da alínea G e F, mediante sorteio efetuado, não podendo a Associação ser repetida, um representante de cada Agrupamento de Escolas do concelho Cantanhede, que seja responsável pelo desporto escolar e individualidades de reconhecimento e mérito social e desportivo cuja presença seja considerada útil. Considerou que abrange um leque de pessoas com entendimentos diferentes em várias áreas desportivas, no sentido de se avançar para se fazer também um Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, que

se enquadre com todas as áreas, porque, por exemplo, o futebol nada tem a ver com o atletismo, nem com o ciclismo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conclui que, a proposta do Regulamento para o Conselho Municipal de Desporto deve ser aprovada na presente sessão e que, possivelmente, na próxima Assembleia serão eleitos o Presidente da Junta e o Membro da Assembleia, representantes a Assembleia Municipal para fazer parte daquele Conselho Municipal de Desporto. Relativamente às individualidades que foram referidas, presumiu que serão personalidades com reconhecido mérito que poderão ser eventualmente propostas e convidadas através deste Conselho Municipal de Desporto.-----

----- Foram levantadas, de seguida, várias questões, tendo intervindo o Sr. Carlos Fernandes, o Sr. Arménio Alves, a Sr.^a Áurea Andrade, a Sr.^a Amélia Castilho, o Sr. João André Jesus e o Sr. Abel Carapêto, às quais o Sr. Vereador, Adérito Machado, respondeu, da seguinte forma: - Relativamente aos representantes dos subprogramas como a candidatura é até agosto, fará parte do ano civil em curso a Associação que tiver mais pontuação no ano anterior, fazendo o seu Presidente parte do Conselho; - Que a reunião do Conselho Municipal do Desporto, à partida será em maio, referente ao ano anterior, porque nessa altura já se conhecem as pontuações das Associações, podendo ser convidadas; - Que as duas associações são escolhidas em referência ao ano desportivo, consoante a pontuações que for obtida, no subprograma 1, para a Associação que maior pontuação tem em número de atletas, em número de partidas, em número de encontros e, no subprograma 4, para a Associação que teve o melhor desempenho desportivo; - Que as individualidades a nomear pelo Conselho não votam por se tratar de um conselho consultivo, servindo, no fundo para dar



orientações, sugerir correções, não se discutindo sobre valores mas sim sobre procedimentos.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação **Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento para o Conselho Municipal de Desporto”**. tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Tendo já sido discutido e votado o Ponto 17, passou-se, de seguida ao Ponto 18 – “Procedimentos a adotar para a prescrição das dívidas provenientes da Ação Social Escolar, das Receitas Administradas pelo Município / Para conhecimento”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o programa de generalização das refeições escolares tem o propósito de garantir a refeição equilibrada para as crianças e o prolongamento de horário, seja do Jardim de Infância seja das EB1, cabendo ao Município a sua gestão e o seu financiamento e sendo o pagamento repartido pelo Município, pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e pelos Encarregados de Educação, mediante o escalão de apoio em que o aluno esteja inserido, existindo escalão isento de pagamento. Referiu, de seguida que, nem todos os Encarregados de Educação que podem pagar, assumem as responsabilidades de liquidar aquelas despesas referentes aos seus educandos, existindo assim uma dívida acumulada a 31/12/2022 de 135.735,93€. Recordou que, já em 2012, houve notificações, instaurações de processos e ligações aos Julgados de Paz cujos resultados foram sempre diminutos, ponderando-se depois a utilização de procedimentos alternativos, nomeadamente, na esfera das execuções fiscais, o que produziu algum efeito. Informou, finalmente que, de acordo com a informação da Divisão Jurídica, as dívidas das refeições escolares e do prolongamento de horário que já têm mais de 8 anos e

se encontram prescritas, totalizam 10.313,50€, devendo ser feitas as movimentações contabilísticas para a devida regularização daquelas dívidas e anulando aquele valor.-

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo que o **19 – “Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2022 / Para conhecimento”**, o **Ponto 20 – “Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2022 / Para conhecimento”** e o **Ponto 21 – “Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2022 / Para conhecimento”** estão relacionados e são para conhecimento, solicitou à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que os apresentasse em conjunto.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O ponto n.º 19, refere-se à declaração de compromisso plurianual existente a 31/12/2022, relativo a intervenções que estão a decorrer e que se vão projetar nos anos seguintes, concretamente à data de 31/12/2022, para o ano de 2023, 20.488.678,87€, para o ano de 2024, 2.071.907,19€, para o ano de 2025, 1.563.728,00€, para o ano de 2026, 1.062.708,00€ e para os seguintes 4.526.681,00€; - O ponto n.º 20, refere-se à declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2022, sendo que o Município de Cantanhede não tem qualquer dívida a fornecedores em atraso à data de 31/12/2022; - O ponto n.º 21, refere-se à declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2022, no montante de 798.122,54€, verbas que o Município deveria ter recebido referentes, entre outros, ao controlo metrológico, às feiras, às ocupações de via pública, às refeições escolares e prolongamento de horário, ascendendo estas duas últimas a 111.306,02€. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do **Ponto 19 – “Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2022 / Para conhecimento”**, do

Ponto 20 – “Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2022 / Para conhecimento” e do Ponto 21 – “Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2022 / Para conhecimento”-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 22 - “Apreciação, discussão e votação da Demonstração do Desempenho Orçamental”**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual esclareceu que, durante muito tempo, apesar dos municípios saberem exatamente qual o seu saldo de gerência no final do ano, não o podiam incorporar logo no orçamento e apenas o podiam fazer aquando da prestação de contas, o que fazia com que aquele valor ficasse congelado até abril. Acrescentou que, houve uma alteração da lei, determinando que a autarquia pode proceder à integração do saldo de execução orçamental, por recurso a uma revisão orçamental, devendo a demonstração de desempenho orçamental ser aprovada pela Assembleia Municipal. Informou, finalmente, que o saldo de gerência do Município foi de 2.878.527,72€-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação **Ponto 22 - “Apreciação, discussão e votação da Demonstração do Desempenho Orçamental”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 23 - “Apreciação, discussão e votação da 1.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023”**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou ser o seguimento do ponto anterior, com a inserção do saldo de gerência e alguns acertos que foram feitos ao nível do valor do orçamento e ainda, a criação de uma rubrica para o novo cemitério de

Cantanhede. Esclareceu, de seguida, que todos os cemitérios das Freguesias são da responsabilidade das mesmas, sendo que, na União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, existem o da Pocariça, o da Varziela e o de Lemedo, no entanto, o cemitério municipal em Cantanhede é da Câmara. Acrescentou que o cemitério de Cantanhede já atingiu o seu limite, sendo a intenção de criar um novo na estrada entre a antiga linha de caminho de ferro e a Póvoa da Lomba, ainda em território de Cantanhede, tendo já havido reuniões com a CCDR, por existirem muitas especificidades nas autorizações por causa da tipologia do terreno. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Ulisses Salvador o qual referiu que, apesar do saldo de gerência ser de 2.868.000,00€, na rubrica 16 - saldo gerência, só aparece um reforço de 1.720.000,00€.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara que se entendeu não colocar tudo do lado da receita, tendo-se baixado o valor de algumas rubricas que estavam no orçamento utilizando parte do saldo de gerência.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação **Ponto 23 - “Apreciação, discussão e votação da 1.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 24 – “Análise do ponto da situação sobre a cobertura ao nível da Saúde no Concelho de Cantanhede / Integração dos Hospitais do Concelho no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou: - Que, no dia 9 de dezembro, recebeu uma comunicação do Sr. Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde, o qual afirmava que iria decorrer a integração do Hospital Rovisco Pais e do Hospital

Arcebispo João Crisóstomo no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra e que havia um Grupo de Trabalho constituído pelo Presidente do Conselho de Administração dos CHUC e pelos Enfermeiros Diretores, sendo liderado pelo Presidente da Administração Regional de Saúde; - Que do texto constava que *“a participação das autarquias no processo de qualificação do Serviço Nacional de Saúde é fundamental, pelo que será prestada toda a informação de forma a que o documento final responda aos anseios das populações e esteja alinhado com as políticas da região”*, pelo que aguardou por uma convocatória para uma reunião com o Grupo de Trabalho, que nunca chegou; - Que foi falando com vários elementos do Conselho de Administração, nomeadamente, com o Dr. Carlos Santos dos CHUC, com a Sr.ª Enfermeira Diretora Áurea Andrade, com a Sr.ª Presidente do Conselho de Administração do Rovisco Pais e com a Sr.ª Presidente do Conselho de Administração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, sobre como estava a decorrer o processo e sobre algumas reuniões que tinham existido, mas sem nada poder transmitir porque não havia nada escrito sobre o assunto; - Que foi com a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a uma reunião ao Porto, à sede do SNS com o Professor Fernando Araújo, da qual veio com uma certa esperança, porque do que foi falado, nunca disse ser impossível ou que não iria acontecer, percebendo-se até alguma concordância com algumas situações que se estavam a propor; - Que nessa conversa foi colocada não só a questão da integração dos Hospitais, mas também a questão da urgência ou consulta aberta, conforme a parceria estabelecida entre o próprio Hospital de Cantanhede e o Centro de Saúde, e que foi liminarmente fechado sem consulta do Município; - Que existe o receio dos dois hospitais, ficarem limitados em termos de gestão, passando do Sector Público Administrativo para Entidades Públicas Empresariais, tendo o Sr. Presidente do SNS transmitido que, ao serem integrados, existirá maior agilidade para



que a gestão daqueles locais possam ser feitas; - Que sabendo que o documento final deveria estar concluído a 17 do corrente mês, enviou um ofício ao Sr. Dr. Carlos Santos do CHUC, Coordenador do Grupo de Trabalho, para agendar uma reunião com o mesmo Grupo antes da reunião de Câmara prevista para no dia 15, porque seria agendado um ponto sobre o assunto na Assembleia Municipal e necessitava de ter alguns elementos para transmitir. No entanto, colocada a questão à tutela, houve o entendimento que não poderia transmitir o que sabia porque o processo ainda estava a decorrer; - Que como o prazo terminava a 17, mandou uma carta ao Dr. Carlos Santos, do seguinte conteúdo: *“Dois meses depois desta proposição”, portanto, a comunicação do 9 de dezembro, “é triste constatar que não foi nada disto que aconteceu, gorando-se assim a expectativa, como fiquei na altura, a expectativa de que agora sim iriam ser dados passos efetivos no sentido de serem atendidas as reiteradas reivindicações desta Câmara Municipal a reclamar uma intervenção urgente nos serviços de saúde do concelho, cuja capacidade de resposta é manifestamente insuficiente para as necessidades. Em todo o caso, e tendo em conta que me cabe a responsabilidade de defender os superiores interesses da comunidade que represento, também no campo da saúde, tomo a liberdade de insistir que aquilo que desde há vários anos tenho vindo a defender para o Hospital Arcebispo João Crisóstomo, seja tido em conta pelo Grupo de Trabalho que está a elaborar o plano de negócios desta unidade hospitalar no âmbito da sua anunciada integração no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra. E o que defendo, como sabe, é criação de uma urgência básica com horário alargado das 8h00 às 24h00, solução que de resto teria a enorme vantagem de descongestionar a urgência do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, cuja capacidade de resposta está longe de ser satisfatória para a fluência que regista em certas alturas. Mas defendo também que uma solução*

desta natureza não pode ser implementada em prejuízo do funcionamento das extensões de saúde e das unidades de saúde familiar, cujo corpo clínico precisa ser estabilizado para atender as necessidades e cumprir bem a sua missão, o que não se compadece com a sua afetação ao serviço de urgência e a conseqüente diminuição dos períodos de atendimento em medicina familiar junto das populações. Por outro lado, além de entendermos que o Hospital Arcebispo João Crisóstomo deveria possuir também um serviço de medicina interna, consideramos que a criação de uma urgência básica permitiria aumentar significativamente a referenciação de doentes para a consulta externa em várias especialidades e defendemos também que devem ser desenvolvidos mecanismos para incrementar as intervenções cirúrgicas no bloco operatório. Quanto à perspectiva de integração do CHUC - Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais, opomo-nos a qualquer desvalorização do seu estatuto, que implique perda de autonomia clínica, administrativa e financeira e defendemos que se deverá manter como unidade de saúde especializada e altamente diferenciada a nível nacional, o que pressupõe a concretização dos investimentos destinados a reforçar as condições para o exercício da sua missão. A terminar, quero dizer-lhe apenas que, apesar de tudo, continuo a acreditar que o Grupo de Trabalho que Vossa Excelência dirige, tomará na devida conta as reivindicações que aqui deixei expressas e que, de resto, já havia manifestado à tutela no sentido de o processo que está a conduzir, venha a traduzir-se numa efetiva valorização da resposta dos serviços de saúde no concelho de Cantanhede.”; - Que seria importante saber quais ganhos e as perdas para aqueles Hospitais, com a integração, para depois pensar naquelas propostas, porque todos os presentes sabem o que se pretende para o Rovisco Pais e para o Hospital de Cantanhede. Concluiu a sua intervenção, considerando que todos os



presentes na sessão devem discutir todo o processo, tal como foi discutido na Câmara, e propôs um convite ao Senhor Ministro da Saúde para vir a Cantanhede visitar os dois Hospitais, ver as suas potencialidades, o que é que existe e que não se deve deixar morrer, porque podem contribuir para uma melhoria da saúde no Concelho e arredores, podendo descongestionar os CHUC.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o qual fez a seguinte intervenção: *“O que é que nós podemos dizer sobre a integração do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais no Centro Hospitalar Universitário de Coimbra? O que é que nós podemos dizer sobre uma coisa que desconhecemos. Integração? Mas que tipo de integração? Integração? mas porquê? Integração, mas para quê? Integração, mas como? Ninguém sabe responder a estas questões simples. E aí é que está o problema. Tudo está a ser feito no segredo dos Deuses. Porque é que têm medo de discutir este assunto? Tudo está a ser feito sem ouvir ninguém. É o quero, posso e mando deste Governo arrogante. E nós só queremos saber o que é que se está a passar. E queremos saber o que se está a passar, porque temos boas razões para ter dúvidas, temos boas razões para ter receios. Lembram-se dos compromissos do Governo Socialista que levou Portugal à bancarrota de que o atual Primeiro-Ministro fazia parte quando fechou a urgência do Hospital de Cantanhede? Assinou com o município um protocolo de compromissos. Não cumpriu esses compromissos. Lembram-se do que aconteceu ao Hospital dos Covões? Foi completamente destruído. Temos receio de que aconteça o mesmo com o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro - Rovisco Pais. Como podemos confiar num governo enganador e de experiências falhadas? Enganador e de experiências falhadas são as palavras certas para este Primeiro-Ministro e para este Governo. Um Primeiro-Ministro*

que foi desde o princípio enganador para o seu próprio companheiro de Partido, António José Seguro. Foi enganador com os portugueses quando perdeu as eleições e forjou com os Partidos de extrema-esquerda para governar contra a vontade do povo português. Foi enganador com os portugueses quando montou uma máquina de propaganda, comprando e domesticando os média e fez passar a ideia de que a culpa da troika foi de Pedro Passos Coelho. A culpa da Troika foi do Governo Socialista de Sócrates, onde o atual Primeiro-Ministro tinha assento. Foi esse governo que negociou o PEC, Plano de Estabilidade e Crescimento, com todas as medidas de austeridade que tiveram que ser aplicadas por Pedro Passos Coelho. Foi enganador para com os portugueses quando fez a experiência falhada da nacionalização da TAP e agora, depois de gastar 4.000.000,00 de euros do erário público a quer privatizar de novo. Mais uma experiência falhada. trágica para os portugueses e para o país. Mas a máquina de propaganda deste governo enganador, arrogante e à deriva, leva tudo à frente. Um governo enganador com um Primeiro-Ministro enganador, só pode produzir resultados enganadores, falsos. São tantos exemplos de experiências falhadas na saúde, na educação, na ação social, na economia, nos casos e casinhos mais recentes, que levaria muitas horas a enumerá-los. Como esta anunciada experiência enganadora, inacreditável de querer usar as casas dos proprietários para recuperar e colocar no mercado de arrendamento. Com tantas casas que o Estado tem para recuperar e colocar no mercado de arrendamento, precisa de andar a intimidar e a amedrontar os proprietários? Há aqui mesmo em frente, como já foi referido hoje, o Bairro do Rovisco Pais, propriedade do Estado, com inúmeras casas para recuperar e colocar no mercado de arrendamento. São do Estado, não precisa de estar a amedrontar os proprietários. Mas voltando à integração do Centro de Medicina de Reabilitação Rovisco Pais nos CHUC, apenas pergunto, o Centro de



Medicina de Reabilitação não tem funcionado bem até aqui? Não tem funcionado bem até aqui com os Conselhos de Administração próprios e autónomos que por cá passaram? De pessoas de reconhecido valor do espectro partidário mais diverso? Tem funcionado bem, então porquê mudar? Então porquê mudar o que está bem? Porquê correr o risco de ficarmos sem autonomia de gestão? Porque é isso que vai acontecer. Porquê correr o risco do Centro de decisão deixar de ser aqui? Porquê correr o risco de perdermos o estatuto de Hospital altamente diferenciado em medicina física e reabilitação? Porquê correr o risco de interromper a expansão da capacidade instalada que está prevista com o projeto de reconversão do edifício Hospital Rovisco Pais? Porquê estas experiências cujos resultados não auguram nada de bom pelo histórico que temos de situações idênticas? A população da região centro em geral e a população do concelho de Cantanhede e da Freguesia da Tocha em particular, têm direito de saber quais as alterações que estão a ser equacionadas para este Hospital que tem sido e ainda é uma unidade hospitalar de referência a nível nacional e Internacional.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, referindo que o encerramento da consulta aberta em Cantanhede constituiu um total incumprimento do protocolo celebrado entre o Ministério da Saúde e a Câmara Municipal de Cantanhede, pelo qual, o Município aceitou a substituição da urgência do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, então a funcionar durante 24 horas pelo serviço de consulta aberta das 8h às 24h. Acrescentou que, tal encerramento configurou uma total falta de consideração do Ministério da Saúde e da Administração Regional da Saúde do Centro para com o Município de Cantanhede e os cerca de 60.000 munícipes do concelho de Cantanhede e das franjas dos concelhos vizinhos.

Acrescentou que, já por inúmeras vezes foi discutido na Assembleia a necessidade da consulta aberta do Hospital de Cantanhede e das extensões de saúde, abrangendo diversos Ministros da Saúde e Conselhos de Administração do Hospital, sem nada ter conseguido em termos reais, sentindo-se incapaz perante a ausência de resultados. Recordou que, em 2022, mais de 4580 pessoas assinaram a petição pública para, no mínimo, a reabertura da urgência ou da consulta aberta em Cantanhede, com meios humanos, técnicos e materiais indispensáveis à prestação dos cuidados de saúde consentâneos com os direitos e dignidade dos cidadãos. No entanto, da análise e do debate ocorrido na Comissão Parlamentar realizada em dezembro, denotou-se que a realidade no terreno é percecionada de forma diferente, levando a que não tenha sido satisfeita a pretensão dos peticionários que lutavam por uma melhor qualidade de vida no concelho, não percebendo como o Ministério da Saúde foi tão insensível perante tanta dificuldade de acesso de assistência médica em tempo útil nas situações de urgentes ou emergentes, em especial das pessoas mais carenciadas. Relativamente à integração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Rovisco Pais no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, referiu que o Município de Cantanhede não tem sido ouvido sobre o assunto pela tutela, desconhecendo os estudos realizados, o modelo de funcionamento, o tipo de financiamento preconizado ou defendido, os ganhos com a integração daquelas unidades. Referiu que, certamente a tutela sabe o custo da ocupação de uma cama ou o custo da mesma cirurgia, quer no Hospital de Cantanhede, quer no CHUC, tal com tem o seu entendimento sobre a criação de uma urgência básica no Hospital do Arcebispo João Crisóstomo ou pelo menos a reabertura da consulta aberta, mas nada diz. Afirmou que, tanto a Assembleia como os munícipes exigem transparência e diálogo, porque todos querem saber quais serão os ganhos na prestação dos cuidados da saúde à população. Afirmou ainda que, não

rejeitam antecipadamente nenhuma solução, mas estão convictos de que há todas as vantagens em discutir o modelo de saúde daquelas duas unidades, a prestação de serviços aos munícipes e os ganhos daquela reestruturação. Referiu que, não devem baixar os braços na defesa da população, porque foi por isso que foram eleitos e é isso que as pessoas esperam e que, entende que o Governo não está aberto à participação das autarquias e às posições dos cidadãos na tomada de decisões políticas, sendo talvez por isso que a saúde da democracia portuguesa está tão débil. Terminou a sua intervenção, afirmando que a maioria absoluta do atual Governo faz com que o seu Partido fique cada vez mais à vontade no controlo da máquina do Estado, de acordo com as suas conveniências pessoais e agendas políticas, em vez de ouvir os anseios e necessidades dos cidadãos e das autarquias.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual afirmou concordar com as intervenções anteriores, e informou sobre o que o Partido Chega fez relativamente ao assunto em apreço, nomeadamente: - Em outubro do ano passado, fez uma exposição ao Grupo Parlamentar do Partido Chega sobre a situação da saúde em Cantanhede para que pedisse esclarecimentos; - Em dezembro foi discutida uma petição pública na Assembleia da República na qual fez parte da comitiva da Câmara; - Em fevereiro do corrente ano, entregou na Assembleia da República um projeto de resolução a pedir a reabertura da consulta aberta ou da urgência; - No dia 13 de fevereiro, fez um comunicado no “Notícias de Cantanhede” com o título “*Saúde em Cantanhede precisa-se e é preciso passar das palavras às ações*”, na sequência de um artigo de opinião do Sr. Vereador do PS, Carlos Negrão, cujo tema foi “*consulta aberta não basta*”. Acrescentou que, nesse artigo, o Sr. Vereador defende: - A criação de condições para o incremento das especialidades disponibilizadas aos utentes, as quais talvez já existam mas não funcionam; - Que



sejam criadas condições para o aumento das soluções existentes ao nível dos exames complementares de diagnóstico, mas se os serviços que existem para aqueles meios de diagnóstico não funcionam na plenitude, como se podem aumentar essas soluções; - Que no Hospital Rovisco Pais sejam garantidas condições para que não haja desclassificação daquela unidade, mas se perde a autonomia clínica, financeira e administrativa, logicamente fica com menos poderes, sendo uma desclassificação pura e dura. Acrescentou não passar de uma manobra para ficar bem perante a opinião pública, dado que depois de espremido, não passar de uma falácia, porque se já não têm meios para assegurar os serviços básicos, médicos de família e urgências, não passa de uma mensagem de hipocrisia e de circunstância. Relativamente ao Hospital Rovisco Pais, informou que o Chega defende que aquele Hospital deveria ser reaproveitado, por exemplo, para a criação de um centro de alto rendimento de desporto adaptado, financiado pelos quadros comunitários, PRR e Centro 2030, porque não existe nenhum na Península Ibérica e tem um conjunto de mais-valias que não devem ser descuradas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vereador Sérgio Negrão, para defesa da honra, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão afirmou que sempre disse que gostava de ser conhecido por não dizer mentiras e que continua a dizer o mesmo, nunca tendo sido apanhado numa situação dessas, considerando-se ainda uma pessoa que não é conhecida por ser mentirosa. Referiu, de seguida não ser agradável ser acusado de demagogo ou de hipócrita de circunstância, passando a esclarecer que: - A sua posição, embora compreendendo que possa ser confundida com a do Partido Socialista, é a sua posição; - Quando diz o que diz e defende o que defende nos múltiplos artigos que foi escrevendo e nas múltiplas formas como foi passando para o foro Público, sobre a posição e a solução



que defende para a questão da saúde em Cantanhede, nunca o fez na qualidade de Vereador, mas sempre na qualidade de cidadão e munícipe do concelho; - O que disse e continua a dizer, defender clara e objetivamente que existem no Concelho de Cantanhede, todas as condições para haver uma solução interessante para a comunidade, quer seja através da integração, quer através de uma outra solução. Referiu ter consciência que se pode aumentar o número de operações e de já o ter escrito e publicado, não o podendo chamar de mentiroso nem de hipócrita em relação a isso, porque tudo é passível de ser concretizado. Acrescentou que, relativamente à consulta aberta, ou consulta de atendimento a situações agudas, conforme também é chamada, publicou um infograma, no qual identificou seis razões simples pelas quais deveria ser criada aquela consulta. Entre elas: - A distância ao Hospital da Universidade de Coimbra, porque na lógica dos serviços de urgência básica da região centro dos oito serviços, cinco pelo menos não estão a 30 km do seu hospital central, tal como o de Cantanhede; - Já existem estudos desde 2017 e 2020 a defender a integração, os quais devem servir de base de trabalho; - A questão da comunidade e da população que é abrangida e o raio de ação do Hospital Arcebispo João Crisóstomo no que diz respeito à gestão de agudos; - A questão do custo de um episódio de urgência no serviço de urgência básica custa 51,00€ e no Centro Hospitalar de Coimbra 112,00€. Finalmente, referiu que, enquanto Vereador estará sempre ao lado do que a Assembleia defender desde que seja o correto, estará do lado do Partido Socialista, quando este tiver razão, e estará sempre do lado da comunidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual congratulou-se com a posição acabada de assumir pelo Sr. Vereador Sérgio Negrão, e referiu nunca ter ouvido ninguém do PS falar ser a favor da consulta aberta, ou que a iriam defender ou tomar posições. Finalizou a sua intervenção afirmando



que, em momento nenhum, com adjectivação que empregou, teve por objetivo ofender Sr. Vereador Sérgio Negrão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, fez a seguinte intervenção, do ponto de vista histórico: “A saúde em Cantanhede – o que defendemos e como aqui chegámos - *A primeira coisa que há a dizer é que a decisão de encerrar as urgências do Hospital Arcebispo João Crisóstomo em 2007 foi uma decisão do Ministro Correia de Campos, num governo PS, o segundo de José Sócrates. Se dúvidas houvesse o próprio despacho de encerramento refere de uma forma expressa e inequívoca que a decisão final do governo foi de natureza política, realço, de natureza política, fundamentada no trabalho técnico. O mesmo despacho refere e passo a citar: “que a aplicação progressiva das alterações a introduzir permitiu ouvir de novo as autarquias mais diretamente envolvidas,” e neste caso as reclamantes, acrescento eu, porque as que se calaram foram logo as urgências encerradas numa primeira fase e volto a citar: “foram acolhidas algumas pretensões das autarquias firmadas por protocolos”, terminando a afirmar que o despacho do Senhor Ministro da Saúde, então do governo José Sócrates, foi este o caso de Cantanhede. O próprio governo reconheceu assim que o protocolo foi elaborado devido às reclamações e reivindicações das autarquias, tendo sido assinado pelo então Presidente da Câmara, Dr. João Moura, e nele se prevendo um conjunto de medidas compensatórias, parte das quais nunca avançaram e outras foram caindo ao longo do tempo. Entre as várias medidas previa dispor de assistência médica não programada em horário alargado das 8h00 às 24h00, 7 dias da semana, com uma equipa constituída por dois médicos, dois enfermeiros e pessoal administrativo. O funcionamento simultâneo de meios complementares de diagnóstico. A entrada em funcionamento de uma ambulância SIV 24 horas por dia. A*



existência de consultas de várias especialidades que à data não existiam e a requalificação de várias extensões de saúde no concelho, portanto, era isto que estava em cima da mesa na altura. Conforme demonstram as declarações de então no âmbito do encerramento das urgências e da assinatura do Protocolo, as forças políticas foram unânimes a destacar o papel desempenhado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Moura, se quiserem, posso aqui citar 4 ou 5 deputados da oposição que o fizeram, na defesa dos interesses de Cantanhede e das suas populações. Sem prejuízo e conforme atestam as atas da época, o encerramento da urgência, se mereceu oposição, foi dos autarcas do PSD e não das do PS. Do PS não podem deixar de destacar intervenções a dar cobertura ao governo dizendo, passo a citar: “Que era algo exagerado o quadro negro apontado”, ou afirmar e passo de novo a citar: “que o governo não estava a reduzir direitos, mas a fazer uma distribuição equitativa e racional dos meios técnicos e humanos.” Sabemos hoje o que é que isto significa. Curiosamente as urgências fecharam 12 dias antes do despacho que as encerrou e que teve efeito retroativo e do lado do PSD desde logo se afirmou que foi um roubo e uma asneira o que se fez ao serviço de urgências do Hospital de Cantanhede, está escrito na ata e o enfermeiro Maia Gomes, atual Secretário desta Assembleia, ao fim de 12 dias face ao enviesamento e ao decurso do processo, logo enunciou e passo de novo a citar: “Desilusão, um alerta e um sinal de preocupação.” Assim, quando na última sessão desta Assembleia, a bancada do PS se referiu ao branqueamento daqueles que decidiram transformar a urgência na consulta aberta, apenas se pode estar a referir a uns os governos e os responsáveis do seu Partido. Por outro lado, há que esclarecer uma coisa, quando o PSD. fala deste protocolo não é movido por qualquer razão saudosista, mas o entendimento de que os preceitos nele enunciados e como vimos eram bons, podiam ser uma base e se este protocolo

não serve, então que fosse revisto, que fosse melhorado, eventualmente até revogado e substituído por outro, por uma solução que desse melhor resposta às necessidades das populações. O que não se entende é que se faça tábua rasa de um acordo escrito, deixando de o cumprir e achar que tudo isso é normal. Trata-se de assumir intrinsecamente que o Estado não é uma pessoa de bem e que não honra os seus compromissos. Pode ser normal para outras bancadas, para nós não é decerto. Mais tarde, em 2015, o PSD opôs-se ao seu próprio Partido num governo de Pedro Passos Coelho quando o Secretário de Estado da Saúde, num despacho que emitiu, não mencionou o Hospital Arcebispo João Crisóstomo como pertencendo à rede de unidades hospitalares, despacho, também há aqui a destacar, que contou com a conivência do PS, na medida em que foram votadas três vezes na Assembleia da República três projetos de resolução para fazer cessar a sua vigência. O PS não votou a favor de nenhum deles. Na sequência da discussão gerada, foi então criada uma comissão para analisar o estado da saúde no concelho e ouvir várias entidades, comissão essa que o PS de Cantanhede abandonou por não concordar com as opiniões manifestadas, não as políticas, mas das pessoas que foram ouvidas. Pasmem-se, bem sintomático do que é defender o Partido acima dos interesses dos cidadãos, ficou exarado em ata, dito por um Deputado daquela bancada que tomaram essa decisão porque foram eleitos para defender a posição do seu Partido e não as suas opiniões ou convicções. O PS também fez uma interpretação muito própria de que se caminhava para uma privatização, que não encontra suporte documental no relatório então elaborado. Imputou uma eventual responsabilidade para a privatização à Câmara e pela degradação do estado de saúde ao governo e à ARS. Passados oito anos, o que verificamos é que praticamente tudo piorou em matéria de saúde e o próprio PS de Cantanhede reconhece hoje nos seus comunicados que os cuidados



primários de saúde lidam diariamente com dificuldades e que há um vazio de serviços públicos de saúde nesta área geográfica. Assim, pelo mesmo critério que usaram em 2015, estamos todos de acordo que os Governos Socialistas têm sido francamente incompetentes e lesivos para Cantanhede, agravando ao longo dos últimos anos estas dificuldades a que eles próprios se referem e esvaziando os serviços públicos de saúde. Na altura, o PS acrescentou pela voz dos seus atuais Deputados Municipais, não foi pelos doutro ora, é pelos atuais, não compactuar com nenhum modelo de gestão que ultrapasse aquele que é o modelo de gestão atual e que se o Hospital está com dificuldades, os responsáveis são o Ministro da Saúde e o Governo. Mais uma vez se constata que o modelo de gestão ainda permanece o mesmo. As dificuldades permanecem e agravaram-se, razão pela qual e seguindo a linha de raciocínio, as responsabilidades são do governo e do Ministério da Saúde, com a diferença que daí até agora foram sempre do Partido Socialista. Mais tarde, os muitos responsáveis e dirigentes do PS Cantanhede com competências na área da saúde, também não estiveram, falo dos com competências na área da saúde, não estiveram no debate sobre a saúde feita em 2018, nem na aprovação da petição pública em 2021. Pretensamente propuseram um Sistema Local de Saúde e um Conselho Municipal de Saúde. As propostas diferenciadoras que têm referido e que terão ficado sem resposta. O Conselho Municipal de Saúde só por uma vez foi referido na Assembleia Municipal no meio de uma enorme intervenção e em que se propôs um grupo de trabalho que poderia mais tarde levar a esse caminho, é o que está escrito na ata, note-se bem, nem a proposta foi formal, nem o que foi sugerido era a Constituição do Conselho em si, mas tão somente um grupo de trabalho político cuja composição é totalmente diversa da que a lei prevê para o referido Conselho Municipal da Saúde. Mais tarde, na última Assembleia, no meio de uma malga de siglas e termos técnicos,

foi referido um Conselho Consultivo da Saúde, desconhecemos o que seja, não encontro reflexo em qualquer lei, não se percebe se confundiram termos, se estão a propor uma coisa nova, se falavam deste Conselho Municipal de Saúde ou da Comissão de acompanhamento, estes sim são órgãos que estão previstos na lei e ambos têm funções que não são meramente consultivas. Independentemente disso e estas nuances à parte, o Conselho Municipal da Saúde decorre da transferência de competências do Estado para os municípios na área da saúde, competências essas que obrigam a um acordo prévio, à assinatura de um auto transferência e que o município de Cantanhede ainda não aceitou, pelo como se diz na gíria popular da minha terra, a sua constituição seria colocar o carro à frente dos bois. Também defenderam em tempos um Sistema Local de Saúde no concelho, o que não mereceu qualquer comentário, porquanto a sua implementação não compete ao município, como resulta da lei os sistemas locais de saúde são criados por portaria do Ministro da Saúde sobre a proposta da ARS, ouvidas as autarquias locais, bem seja, ora, se nem os governos socialistas deram qualquer passo para a sua implementação, nem tão pouco têm demonstrado grande apetência para ouvir o município de Cantanhede, entende-se assim que sendo as entidades da saúde minadas pelo aparelho partidário do PS, sendo o Governo do mesmo partido e não sendo a Câmara tida nem achada para nada no que a esta matéria diz respeito, parece no mínimo estranho que o Partido propunha uma coisa à Câmara quando podia fazer e brilhar de modo próprio, bastando que o Ministério da Saúde, ou a ARS propusessem essa solução, como lhes competia se realmente achassem que era a mais eficaz para Cantanhede. Pelo meio, num outro governo socialista, a consulta aberta levou mais uma machadada e viu-se reduzida a uma consulta de inter-substituição, deixou de funcionar das 8h00 à meia-noite, 7 dias por semana, para apenas passar a funcionar até às 20h00 aos dias úteis



e supostamente, porque na prática o horário é mais reduzido, das 10h00 às 18h00 ao fim de semana. Conta tudo o resto que se tem falado, já em 2018 o PSD defendia para o hospital Arcebispo João Crisóstomo a reabertura da urgência. Meios complementares de diagnóstico acompanhassem o horário, um bloco operatório a funcionar em pleno e multidisciplinar, cirurgias realizadas de forma a servir uma população de 60.000 habitantes e dos visitantes sazonais. Defendia também e complementarmente a reformulação da consulta aberta, a libertação de médicos do Centro de Saúde e o funcionamento diário das extensões. Sobre estas propostas que constarão de uma moção, houve um voto favorável à direita do PSD e um voto favorável à esquerda da CDU, que então estava representada nesta Assembleia, o PS ficou isolado e votou contra, fazendo uma declaração de voto em que diz que “esta não era uma moção honesta, uma vez que não relatava os factos que então ocorriam.” Já o PSD defendia em 2018 e continua a defender em 2021 o Sistema Nacional de Saúde, mas um verdadeiro Sistema Nacional de Saúde que promova efetivamente a saúde e reduza desigualdades no acesso à saúde. Era isto que constava na moção. Constata-se com agrado que o PS também defende agora o que era pouco honesto quando foi proposto pelo PSD. Já o PSD defendia em 2018 e continua a defender em 2021, que as condições físicas do hospital podiam ser melhor aproveitadas. Alguns investimentos depois que têm sido subaproveitados, era isto que constava da moção de então, constata-se com agrado que o PS passou também a defender o que era pouco honesto quando foi proposto pelo PSD. Já o PSD defendeu não por uma vez, mas em 2007, em 2015 e em 2018, continua a defender em 2021, uma cobertura assistencial a 60.000 habitantes, aos quais crescem fluxos sazonais no verão. Era o que constava da moção, constata-se com agrado, que o PS também passou a defender agora o que era pouco honesto quando foi proposto pelo PSD e já dou de



barato que alargaram o raio para 100.000 habitantes, embora partindo do erro de considerar a população do concelho da Mealhada que só marginalmente recorre a Cantanhede e tem um hospital. Já o PSD defendeu em 2007, em 2015 e em 2018, continua a defender em 2021, o aumento das soluções existentes ao nível dos meios complementares de diagnóstico, era o que constava da moção, constata-se com agrado que o PS defende agora o que então era pouco honesto. Já o PSD defendeu em 2007, 2015 e 2018 e continua a defender em 2021 o aumento das camas de internamento e sobretudo das camas de internamento que sirvam os cidadãos do concelho. Constava da moção. Regista-se com agrado que o PS também defende agora o que era pouco honesto quando foi proposto pelo PSD. Já o PSD defendeu em 2007 e 2018 e continua a defender em 2021 o aumento das cirurgias de ambulatório, um bloco operatório que funcione em pleno e em condições multidisciplinares. Era o que constava na moção. Constata-se com agrado que o PS defende agora o que era pouco honesto quando foi proposto pelo PSD. Já o PSD defendeu em 2007 e 2018 e continua a defender em 2021 o aumento e rentabilização das valências disponibilizadas pelo hospital. Era o que constava da moção. Constata-se com agrado que o PS também passou a defender o que era pouco honesto quando foi proposto pelo PSD. Já o PSD defendeu em 2018 e continua a defender em 2021 a reabertura do serviço de urgências, mas mais, que fosse assegurada pelo hospital, como forma de libertar médicos do Centro de Saúde, era o que constava da moção. Regista-se com agrado que o PS defenda agora aquilo que era pouco honesto quando foi proposto pelo PSD. Já o PSD defendeu em 2018 e continua a defender em 2021, a potenciação do Centro de Medicina e Reabilitação Rovisco Pais capaz de servir a região e o país, mantendo-se como uma unidade de referência na área da medicina de reabilitação, era o constava da moção. Constata-se com agrado que o PS defende



agora o que era pouco honesto quando foi defendido pelo PSD. Já o PSD defendeu em 2018 e continua a defender em 2021, o modelo de gestão destas unidades que permita manter os postos de trabalho existentes, mas também que agilize a contratação e garanta condições aos seus excelentes profissionais. Constatase com agrado que o PS decerto defenderá aquilo quando foi proposto pelo PSD era pouco honesto. Em resumo praticamente tudo quanto o PSD tem vindo a defender ao longo dos anos para os hospitais do concelho, estava apresentado nesta moção que o PSD apresentou em 2018 e que hoje mantém a sua pertinência. Globalmente constata-se com agrado que o PS também defende hoje aquilo que nós defendíamos em 2018 e que então era pouco honesto. Mas há mais. Nós defendíamos, quando defendíamos o serviço de urgência básica ou uma consulta de agudos em horário alargado, quer em 2007, quer em 2018 e continuamos a defendê-lo em 2021, que isto iria gerar enormes poupanças para o Estado e para os cidadãos, constata-se com agrado que o PS concorda com o que então considerou pouco honesto. Foi o próprio PS que fez as contas e concluiu que uma urgência básica em Cantanhede poupa custos em relação aos CHUC, que ainda agora aqui foi referido, podem atingir os 600.000,00 euros por ano, então meus amigos, as contas são fáceis de fazer, nestes 8 anos de governação socialista, o país, devido à má gestão perdeu quase 5.000.000,00 de euros, sendo eventualmente caso para falar de gestão danosa na área da saúde. Mas mais. O PS diz que terá sido criado um grupo de trabalho em 2017 para a integração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo nos CHUC., grupo esse de que nenhum elemento desta bancada alguma vez ouviu falar e só o PS parece dele ter conhecimento. Importa questionar como tiveram conhecimento dele e quem o criou. E em relação a este grupo estranha-se que existindo há 6 anos, tenha sido envolvido neste ambiente secretismo e preocupa-nos que não se conhecesse a sua

implementação, mas também quais foram os levantamentos que efetuou, os estudos que produziu, os caminhos apontados ou as conclusões a que chegou. Tendo existido, só vem dar razão ao município de Cantanhede, posição na qual foi reforçado pela Assembleia e pelo Conselho Intermunicipal da CIM - Região de Coimbra e por outros Partidos como o Chega, que as autarquias nunca foram formalmente ouvidas nem parte efetiva no processo e neste caso parece saber-se agora que não estamos a falar de meio ano, estamos a falar de 6 anos em que não foram ouvidas. Destaca-se e lamenta-se que os mesmos responsáveis da saúde que em dezembro de 2022 escreveram à Câmara de Cantanhede a informar que a participação das autarquias no processo de qualificação do Serviço Nacional de Saúde é fundamental, pelo que será prestada toda a informação de forma a que o documento final responda aos anseios das populações e esteja alinhado com as políticas da região, sejam precisamente os mesmos que fizeram o oposto ou que andam a fazer o oposto há 6 anos. Tudo isto são questões que têm sido colocadas pelo PSD e pelos seus autarcas, que desde há muito assumem que não são de excluir soluções nem modelos, mas é necessário conhecer os estudos técnicos para garantir os interesses das populações, optando e decidindo de forma fundamentada com base nos ganhos e perdas de cada modelo. A nossa posição é historicamente clara e coerente, na defesa de Cantanhede, das suas posições e de uma efetiva prestação de cuidados de saúde. Já de outros, basta ler este histórico para perceber que já defenderam tudo e o seu contrário, dependendo dos cargos ocupados e do Partido no Governo. Terminamos com uma situação que não é nossa. Saiu esta semana no Campeão das Províncias. Representa uma Visão externa sobre a política em Cantanhede na rubrica a subir, destaca a Senhora Presidente da Câmara de Cantanhede e passo a citar: “os interesses da comunidade concelhia e regional é o foco essencial da governação

autárquica. De Albano Pais de Sousa até Jorge Catarino, de João Moura a Helena Teodósio, agora a timoneira de tão difícil quanto motivador barco. Veja-se a forma imediata e repentina, como reagiu, logo sentiu e receou que lhe estivessem a fragilizar duas pedras angulares da saúde no concelho e na região. O Hospital João Crisóstomo vindo de há muitos anos e desempenhando sempre competente a sua função, dentro da relatividade das questões da saúde e o Rovisco Pais outrora o hospital da lepra, que também se cumpriu, hoje uma unidade de reabilitação das tão poucas que o país tem. O Rovisco Pais esteve determinado à lepra bastante tempo às moscas, aí nem o Governo, nem o Centro Hospitalar de Coimbra se lembraram de o aproveitar. Agora vai-o integrar numa superestrutura hospitalar que tem mais olhos que barriga. O CHUC gera de forma insuficiente algumas das suas múltiplas unidades, não por culpa apenas de quem lá está, mas por um desnorte que se reflete no exterior, mas também muitas vezes no seu próprio seio. Helena Teodósio não se tem calado a defender o seu concelho, as suas gentes, os seus ativos hospitalares. Levaram em tempos o comboio, mas agora querem chamar a si os hospitais com o aplauso de alguns políticos yes man, não vá a malga entornar a sopa. Debilitada que está desde há dezenas de anos a capacidade política a nível da Administração Central, feita cordeiro obediente em Parlamento com cada vez menos autonomia pensante, resta ao país um poder autárquico, sério, arrojado e competente.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual, referiu não ser com discursos demagógicos como os que foram feitos até ao momento, que chegarão a bom porto, nem contribuem em nada para chegar a consensos, sucintamente: - Reafirmou estar na Assembleia na condição de Membro da mesma e não na qualidade de Membro do Conselho de Administração do CHUC e muito menos como membro do Grupo de Trabalho responsável pelo plano de

negócios para integrar o HAJC e o Centro de Medicina Física e Reabilitação no CHUC;

- Reafirmou que os elementos da bancada do PS são coerentes com o que defenderam na sessão da Assembleia Municipal de 28/12/2022, nomeadamente, que são favoráveis à criação das sinergias positivas que aquela integração pode vir a trazer aos dois hospitais e às populações que servem, tais como à disponibilidade de outras áreas de cuidados e especialidades existentes no CHUC e que não estão nesta data disponíveis naqueles hospitais, podendo ainda estes hospitais usufruir das vantagens gestionárias de um hospital EP, desde que seja mantido o perfil assistencial dos dois hospitais, sem que nenhum dos dois perca nada relativamente ao que tem neste momento, antes pelo contrário com o alargamento das respostas já existentes e o incremento das respostas de proximidade;

- Relativamente à implementação de uma resposta diurna não programada a doentes agudos no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, enquanto Membro da Assembleia, sente-se confortável em referir que, face à atividade que tem vindo a ser desenvolvida no âmbito do Grupo de Trabalho, as duas instituições ficarão com alargamento de resposta atualmente existente e disponibilizada à população;

- Relativamente à resposta não programada de doentes agudos, que também sempre defendem, seja ela qual for, urgência ou consulta aberta, o importante é ter uma resposta que possa atender, como defenderam sempre quando defendiam o SLS;

- Quanto à resposta não programada de doentes agudos, que também sempre defenderam, seja ela qual for, referiu que, à semelhança do que já existe noutros hospitais e conhecidos através da comunicação social, mesmo que tal situação possa, por alguma razão, não vir aceite ou não vir a estar contemplada no plano de negócios, haverá sempre a possibilidade de vir a ser implementada no âmbito da autonomia de gestão do Centro Hospitalar;

- Relativamente às obras da urgência dos CHUC, informou estarem programadas há seis anos, porque o CHUC

tem uma urgência com um plano funcional do século passado, sendo obras consideradas urgentes e emergentes, porque já não respondem minimamente à população; - Relativamente ao Hospital dos Covões, lembrou que o mesmo foi esvaziado entre 2011 e 2015 e desde 2017 o que tem sido feito foi requalificar e investir em valências no Hospital dos Covões, nomeadamente, com investimento em cuidados de ambula teorização, requalificação do edifício, requalificação de todos os serviços e unidades de internamento e foi investido em internamentos de menor diferenciação; - Relativamente ao Conselho Municipal da Saúde, sobre o qual a bancada do PS já falou várias vezes, referiu que, de acordo com a legislação, só a Senhora Presidente da Câmara pode propor a sua criação, pois o mesmo será presidido por ela mesma.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Carlos Fernandes, afirmando não se rever na acusação de demagogia porque sustentou, de forma documentada, tudo o que disse. Relativamente ao Conselho Municipal da Saúde, referiu que, efetivamente a competência é da Sr.^a Presidente da Câmara, no âmbito da transferência de competências na área da saúde. Acrescentou, no entanto, que, o facto da mesma ter falado uma ou duas vezes do Conselho Municipal da Saúde, não queira dizer que o tenha proposto, sendo uma coisa propor um grupo de trabalho e outra propor o Conselho Municipal da Saúde. Relativamente à questão da forma como a Sr.^a Áurea Andrade pensa enquanto Membro da Assembleia e enquanto Administradora do CHUC, recordou o que a mesma disse aquando da criação do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra - EPE, quando se falou no âmbito maternidades, nomeadamente, *“que se perdeu uma grande oportunidade de encerrar as duas maternidades de Coimbra e concentrar os serviços clínicos no hospital diferenciado polivalente de adultos”*.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual referiu que, até ao momento assistiu a um choradinho de demagogias que em nada contribui para a elevação do debate e que em nada dignifica a Assembleia, porque se, de facto, querem debater um assunto sério, têm de manter uma postura séria. Acrescentou ter sido feito um diagnóstico, o qual contém algumas verdades e muitas inverdades das quais desconhece o propósito destas últimas. Referiu que, se querem estar unidos na defesa de um projeto comum para o concelho, têm de estar unidos a falar a uma só voz e que, apesar de já estarem quase há 1 hora a falar sobre o assunto, ainda não ouviu uma proposta concreta e efetiva da bancada do PSD, apesar de terem sido lidas várias páginas sobre o assunto. Acrescentou que a bancada do PS está de braços abertos para discutir e encontrar uma solução séria, querendo fazer parte dessa solução juntamente com os restantes Membros da Assembleia, independentemente da cor partidária, porque foi para resolver os problemas do concelho que foram eleitos. Referiu, de seguida que a Sr.ª Áurea Andrade já deu a entender que há soluções que estão a ser encontradas que serão muito positivas para o concelho de Cantanhede e que algumas questões vão ser alteradas, estando-se perante uma reforma. Garantiu que as mudanças serão para melhor e que, tanto o Hospital de Cantanhede como o Rovisco Pais irão melhorar em muitos aspetos e vão contribuir para uma melhoria da saúde do concelho em Cantanhede, não se perdendo nada. Apelou, finalmente a que todos se unam para que, em conjunto, encontrem uma solução para resolver aqueles problemas.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Áurea Andrade, referindo que, relativamente ao Conselho Municipal da Saúde, o que o Sr. Carlos Fernandes disse que os Membros da Bancada do PS falaram várias vezes sobre aquele Conselho Municipal e nunca foram capazes de apresentar uma proposta concreta, e voltou a repetir que a única entidade que tem



a competência e a estrita responsabilidade de propor o Conselho Municipal da Saúde é a Sr.^a Presidente da Câmara, que o preside, e que, outra coisa é propor a criação de um grupo de trabalho que possa estudar o assunto. Relativamente à questão da maternidade e sobre o que disse há uns anos, voltou a repetir que, neste momento, Coimbra tem duas maternidades disfuncionais, com recursos em duplicado nas duas maternidades que não respondem às necessidades das pessoas, nem em qualidade, nem em segurança, precisando urgentemente não de uma maternidade nova, mas de um serviço de neonatologia altamente diferenciado e de um Serviço perioperatório altamente diferenciado. Acrescentou que, quando se construiu o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, perdeu-se a oportunidade de o fazer.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, referindo relativamente à necessidade de uma nova maternidade e às obras nas urgências, já programadas há 6 anos, que o atual Governo as faça. Referiu ainda que, demagogia é estar a negar factos que se passaram e que estão escritos nas atas da Assembleia Municipal e que criar grupos de trabalho, é típico do atual Governo, que quando não sabe o que fazer, cria um grupo de trabalho, que normalmente não dá em nada. Relativamente às propostas, e quanto ao Rovisco Pais, referiu que nada se deve fazer porque está muito bem com os Conselhos de Administração que por lá passaram e que desenvolveram o Hospital. Relativamente às reformas, referiu que deveriam começar pelo atual Governo que está a destruir o Serviço Nacional de Saúde e a destruir o país.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual interveio da seguinte forma: - Relativamente à questão da intervenção na urgência do CHUC, viu no jornal que custaria mais de 7.000.000,00€ e que, se tal acontecer, está muito bem porque, realmente como está

já não serve, no entanto há outros locais que não servem e nem sequer existem e que precisam de ser feitos; - Relativamente à criação do Conselho Municipal de Saúde, questionou, para fazer o quê? Se quando tentam dialogar, marcar reuniões e serem ouvidos, ninguém os ouve. Referiu que desistiu de falar com a ARS porque, após anos e anos de reuniões e de ofícios, não vale a pena, porque a relação institucional não existe. Referiu que, quando pediu a reunião ao Sr. Presidente do CHUC antes da reunião de Câmara e da Assembleia, ele respondeu que não podia *“porque estavam num exaustivo trabalho de análise e preparação de informação para estabilização dos cenários, pelo que seria prematuro o agendamento da reunião*. Como tal as nossas e também as agendas fortemente pressionadas com o trabalho em curso, não o permitiriam”, no entanto, o trabalho já foi entregue, mas ainda não teve indicação se iria haver ou não reunião. Criou ainda uma expectativa ao dizer que *“em todo o caso, estamos em condições de assegurar que o estudo a apresentar à direção executiva do SNS irá ao encontro das necessidades das populações, reforçando e alargando a atual carteira de serviços nas diversas vertentes de prestação de cuidados”*, mas sem especificar. Referiu ainda que, pelas intervenções da bancada do PS, lhe parece que sabem o que vai acontecer e questionou o porquê de não dizerem e o que vem para melhor; - Relativamente às propostas recordou ter lido as propostas constantes da carta que enviou ao Sr. Presidente do CHUC, bem como os que já foram manifestadas em reunião de Câmara, com as quais os Vereadores do PS concordaram; - Relativamente ao Rovisco Pais, gostaria que não se mexesse na situação das pessoas e dos serviços que se lá fazem; - Relativamente à questão de Cantanhede, referiu que apenas se pretende uma urgência até à meia-noite, um aumento da parte da medicina interna, um aumento do bloco e o aumento das especialidades. Constatou que há um documento trabalhado do conhecimento da Sr.ª Áurea Andrade,



que por muito que lhe seja difícil, sobretudo porque está ligada a um sigilo que tem que cumprir, por mais propostas que façam, há coisas que com certeza já foram apresentadas, levando a crer que há muito já estava decidido pelo SNS e que aquele grupo de trabalho é um faz de conta.-----

----- Interveio então o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que o assunto é recorrente e referindo que, desde o encerramento da consulta aberta em março de 2020, não tem sido possível dialogarem, nem tem havido boa-fé de ambas as partes. Afirmou acreditar que todos são consensuais e unânimes em defender o que foi explanado e que há muito tempo reivindicam de uma forma ou de outra. Afirmou ainda que, tudo o que querem acima de tudo é uma consulta não programada de agudos, seja no Hospital, seja onde for, sendo que, na última Assembleia Municipal ao questionar diretamente a Sr.^a Áurea Andrade, a mesma respondeu que podia estar previsto um projeto na área da saúde para a qual todos os presentes estariam completamente abertos, no entanto não vê onde isso está plasmado. Relativamente ao modo de ação, referiu que se foram eleitos, têm de defender intransigentemente o que consideram ser o melhor para as populações, existindo áreas onde as questões são extremamente sensíveis e críticas, como a saúde, a educação, a justiça e todos sabem que a área da saúde é para todos muito querida, estando mais do que justificado que o que pretendem, apenas um conjunto de situações que ao serem executadas, aliviariam Coimbra. Afirmou todos saberem do papel do Hospital numa sub-região que no verão poderá chegar às 100.000 pessoas e, nesse sentido, independentemente de poder haver outras propostas, propôs que a Assembleia Municipal mandate o seu Presidente ou a Senhora Presidente da Câmara, ou até os dois, para envidarem o que for necessário em termos legais para fazer reverter a situação, até às últimas consequências. Concluiu não se poder esperar muito mais



tempo pelo anúncio do que pretendem fazer, pois todos estão saturados, e se as reivindicações são partilhadas por todos, dentro da democracia e com os mecanismos legais ao dispor, têm de tentar reverter a situação.-----

----- Interveio, de novo, a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referindo que, quando no início da reunião, falou que estavam já a programar os projetos para a requalificação dos Centros de Saúde, revelou a atitude, a proatividade e o diálogo que o Município tem perante o Governo. Contudo, afirmou que não podem aceitar as Delegações de Competências da Saúde, sem que o Governo imponha uma data para assinarem as duas partes, com a questão dos funcionários, a questão das obras, etc... Referiu que, só depois da Delegação de Competências da Saúde ser aceite, é que se poderá fazer o Conselho Municipal da Saúde, não antes, porque têm de saber com o que vão contar. Propôs de seguida, que devia sair da Assembleia, um documento, com pontos comuns, para solicitar a informação a quem direito, porque se sabem, têm de assumir e dizer. Acrescentou que, de certeza irá haver uma reunião do Grupo de Trabalho presencial no Porto, no SNS, depois da apresentação. Referiu, finalmente, que não estão a brincar com o assunto, mas sim a falar de coisas sérias, e que a Assembleia Municipal, tal como a Câmara, deveria tomar uma posição conjunta na defesa dos interesses da saúde do Concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de novo a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, afirmou não haver mais nada a dizer e que deveria sair da Assembleia um documento, mandatando quem de direito para fazer o que for possível, tomando uma posição, uma vez que estão todos unidos no mesmo objetivo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual afirmou que o que está em cima da mesa é a integração dos Hospitais de Cantanhede nos CHUC e algumas propostas de melhoria para os mesmos. Dirigindo-



se à Sr.^a Presidente da Câmara, referiu que, se o Sr. Ministro da Saúde não lhe prestou qualquer tipo de informação, como deve compreender, também não será a Sr.^a Áurea Andrade, enquanto membro da equipa de trabalho ou o Presidente da ARS, que o vai fazer, pois existe uma hierarquia a seguir e a respeitar. Acrescentou, não ser correto estarem a fazer pressão junto da mesma para que ela diga o que sabe, sendo verdade que sabe muita coisa, mas não o pode transmitir como deveriam compreender. Referiu de seguida que, enquanto não houver um documento final, é prematuro estarem a tomar uma posição sobre o que quer que seja, mas se a posição final for contrária aos interesses da saúde em Cantanhede, então sim, a Assembleia Municipal deverá tomar uma posição de força, se necessário, para defender o que todos consideram importante. Referiu ainda que, Áurea Andrade, acabou de dizer que, no âmbito da autonomia do CHUC, na eventualidade daquela Comissão não permitir a abertura da consulta aberta, poderá ser aberta uma consulta aberta, à posteriori. Acrescentou que, perante o princípio boa-fé, não podem criticar uma coisa que, à partida, desconhecem, mas, se depois da proposta ser apresentada, caso não for ao encontro dos interesses de todos os presentes, então poderão discutir o assunto e tomar uma posição em conjunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual informou que o partido Chega tem um projeto de resolução entregue na Assembleia da República, que deve estar muito próximo de ser votado, mas que acredita vai ser reprovado. Acrescentou que, todo este silêncio sobre o assunto é um prenúncio de que será muito negativo e que não vai correr bem, porque se fosse positivo, era publicitado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra ao Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, o qual, respondendo ainda à Sr.^a Áurea Andrade,

relativamente à questão do Hospital dos Covões, voltou a afirmar que foi em 2016 que começou a ser desmantelado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também, de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual afirmou perceber a posição da Sr.^a Áurea Andrade, que faz parte do Grupo de Trabalho e acreditar que saiba exatamente o que diz o documento, não o podendo transmitir. Afirmou ainda também acreditar que muita gente do Partido Socialista, que não está no grupo de trabalho, também sabe. Referiu que, ela própria soube algumas coisas que aconteceram e não teve o consentimento do Sr. Presidente do CHUC para transmitir algumas coisas mais ou menos relevantes que se passaram no grupo de trabalho. Recordou novamente que, O Sr. Presidente do SNS disse que “a participação das autarquias no processo de qualificação do SNS é fundamental, pelo que será prestada toda a informação de forma que o documento final responda aos anseios das populações e esteja alinhado com as políticas da região”, no entanto, se já há uma decisão de tudo o que se pretende fazer, poderiam dizer. Recordou que foram pedidas reuniões, foi o assunto discutido sem conhecimento do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho onde esteve o ACES e a ARS, mas sem representação do Município. Acrescentou que a Assembleia deve fazer algo antes do documento estar finalizado, sem ferir as várias bancadas, reforçando que os Hospitais devem continuar a fazer o trabalho que têm feito, a questão da urgência ou da consulta aberta, a questão da medicina interna e do bloco operatório e o aumento das especialidades.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual recordou já ter apresentado uma proposta e deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes que considerou que, na generalidade das propostas concretas, as três bancadas estão mais ou menos de acordo. Referiu, de seguida que, retirando a discussão histórica e

política, focando-se nos anseios e nos desejos das populações, pelo menos para a maioria, considera possível chegarem todos a um acordo com uma proposta. Relativamente à Sr.^a Áurea Andrade, reconhece que a mesma estará, naturalmente, sujeita ao dever de sigilo que as suas funções profissionais o exigem, mas considera estranho terem surgido documentalmente, nas posições do Partido Socialista, um conjunto de elementos que não são do conhecimento público, demonstrando que haverá coisas que o PS sabe mais do que os elementos da Câmara ou até da própria Assembleia Municipal. Relativamente à boa-fé referida pelo Sr. Abel Carapêto, considera que, no caso concreto é impensável aceitar alguma coisa que não esteja por escrito, porque em 2007, quando fecharam as urgências, já o PS dizia que ia ser melhor e não foi, e havia um documento escrito que nunca foi cumprido. Mais, em 2017 ou 2018, quando mudaram algumas Administrações Hospitalares, eles diziam que ia ser melhor e também não foi, logo, se com documentos escritos não se podem basear no princípio da boa-fé do Estado, questionou, será que se podem apoiar nesse princípio? Referiu ainda que, não há qualquer garantia de que, amanhã ou além, qualquer que seja o Governo, não havendo nada escrito, podem sempre mudar as decisões que já foram tomadas.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Moura, reiterando a sua proposta de mandar a Sr.^a Presidente da Câmara e/ou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para recorrerem a todos os mecanismos legais ao dispor para tentar reverter a situação, nomeadamente, a situação da consulta aberta, colocando-a a funcionar como era em 2007 e o restante por acréscimo. Acrescentou que, se daqui a uma ou duas semanas, a Sr.^a Presidente da Câmara for chamada para ver o documento e, o cenário for bom, acabará por já não ser necessário, mas também pode correr tudo mal.-----



----- Voltou a intervir a Sr.ª Áurea Andrade, referindo relativamente à questão de haver pessoas que sabiam sobre o Grupo de Trabalho, que o que tem aparecido escrito é sobre dois Grupos de Trabalho, um criado pela Dr.ª Rosa Reis Marques e outro ainda pelo Dr. José Tereso. Esclareceu, de seguida, que o grupo de trabalho criado pelo Dr. José Tereso foi criado no âmbito da integração, já nessa altura, do HAJC nos HUC, que teve um documento que previa três cenários, onde em qualquer um deles, estava prevista uma resposta não programada para doentes agudos. Relativamente ao outro Grupo de Trabalho, indicado pela atual Presidente da ARS, informou que também referia a mesma coisa. Acrescentou que, o assunto foi falado porque os documentos são públicos, nada tendo a ver com o Grupo de Trabalho agora formado. Sugeriu, de seguida que, caso a proposta do Sr. Presidente da Mesa seja aceite, se reitere a necessidade de uma resposta não programada para doentes agudos que englobe cuidados médicos, de enfermagem e meios complementares de diagnóstico.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Carlos Fernandes, referindo que a proposta do Sr. Presidente da Mesa poderia ser mais completa, no sentido de acrescentar outras reivindicações complementares, que são comuns às três bancadas, nomeadamente, os meios complementares de diagnóstico, o reforço dos meios de internamento e o aumento das especialidades no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, a manutenção do Rovisco Pais, com o seu perfil assistencial e a sua capacidade enquanto Hospital de referência de toda a região, não se cingindo ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Referiu ainda desconhecer se haverá acordo, mas espera que a abertura da consulta aberta não seja feita às custas do Centro de Saúde e das Extensões de Saúde, melhorando a assistência aos cuidados agudos para deixar de ter cuidados básicos para parte da população.-----



-----Respondeu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura que, efetivamente, a proposta pode ser enriquecida. De seguida fundamentando a sua proposta, informou que, quando a consulta aberta foi encerrada, consultou um especialista em direito administrativo”, devidamente munido de toda a documentação sobre o assunto, o qual respondeu *“mas o que está aqui é um protocolo assinado entre o Ministério da Saúde e o município de Cantanhede, com base em pressupostos e, portanto, há aqui uma legitimidade que o município tem para poder envidar todos os esforços e recorrer aos tribunais e ser dada possivelmente razão em alguma coisa”*. Acrescentou que, quando foram à Assembleia da República, discutir com o Grupo Parlamentar da Saúde a questão da consulta aberta, a deputada Mónica Quintela, na sua intervenção utilizou algumas figuras de Direito, referindo que houve uma decisão unilateral sem consulta à outra parte. Acredita assim existir alguma legitimidade e algum fundamento para, com base na lei, poderem invocar que o Município se sente atingido em nome da população de Cantanhede, servindo de base para que a Assembleia Municipal queira mandar a Sr.^a Presidente da Câmara ou ele próprio para levar o assunto a tribunal. Acrescentou ainda que podem esperar, no limite, que aconteça algo, que pode ou não correr bem, mas também podem e devem recorrer aos Tribunais. Referiu que, no final, até podem não ganhar nada, mas será uma forma de levantar e de expor em termos públicos, tudo o que consideram que não devia ter sido feito. Reforçou que, na sua proposta, se quer circunscrever à situação de reverter a situação da consulta aberta, ou urgência, ou consulta não programada para casos agudos, ou unidades de saúde familiares com consultas entre as 8 da manhã às 8 da noite, desde que haja lá médicos. Considerou haver uma oportunidade, neste momento em que o Grupo de Trabalho fecha um documento que desconhecem, para avançar com a sua proposta.-
----- Voltou a intervir o Sr. Abel Carapêto, referindo que, o epicentro da questão se

resume na luta por uma resposta não programada para os doentes agudos. Acrescentou que, se exigirem um conjunto de outras medidas, poderão ser apresentadas várias respostas, não respondendo ao essencial. Reforçou assim que, devem incidir essencialmente na abertura de uma resposta não programada para doentes agudos, no âmbito da integração dos Hospitais nos CHUC, sendo a Sr.^a Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal as pessoas ideais para representarem o Município e os seu Municípes.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, referindo que, a integração das unidades no CHUC, é uma questão que está subjacente, podendo ser para melhor ou para pior, não se devendo misturar as duas coisas, sendo o fundamental resolver a questão da consulta aberta ou da consulta não programada para os casos agudos, podendo vir por acréscimo o resto. -----

----- Retomou a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, referindo, relativamente à questão da consulta aberta, que na reunião tida com o Sr. Presidente do SNS no Porto, a dada altura a Dr.^a Rita, que faz parte do Conselho Diretivo e que esteve com o Grupo de Trabalho, estava muito na defesa de que *“o que interessa é que a saúde familiar”* ao que respondeu para não ouvirem só o que diz a ARS e o ACES, mas também que a população entende. Acrescentou que, a dada altura, lhe disse: *“nós estamos aqui para falar da integração dos Hospitais e se o Professor Fernando Araújo conseguisse a reativação da urgência, da consulta aberta, ficaria muito bem visto em todo o processo e em Cantanhede, mas se não for no mesmo pacote, estamos aqui com responsabilidades acrescidas em termos autárquicos e a questão jurídica, da análise do protocolo vai para a frente”*, indo ao encontro do que o Sr. Presidente da Mesa, acabou de dizer. Referiu de seguida não poderem descurar a questão da integração dos Hospitais, porque não se sabe o que vai acontecer com algum pessoal



que lá está. Referiu que já tem havido pedidos de mobilidade do Hospital para a Câmara, o que revela que as pessoas andam com receio da sua situação laboral, não sabendo com o que podem contar. Considera assim que se deve perguntar sobre a integração dos dois Hospitais no CHUC, o que é, ao nível de gestão se passa de um SPA para um EP, se caem as Administrações, se fica uma Diretora a coordenar, se fica na dependência, como se processa aquela passagem, se o Rovisco Pais perde alguma coisa, o que ganha. Acrescentou que, se aumentarem o número de especialidades e as intervenções no bloco, a medicina interna e a urgência, estaria a ser negociado indo ao encontro do que as pessoas pretendem, acautelando também os funcionários. Finalizou a sua intervenção, referindo que a questão da integração ligada à questão da consulta aberta era importante que fosse também frisada, não deixando de concordar com o Sr. Presidente da Mesa que, caso não conste do trabalho do Grupo, existem mecanismos para avançar judicialmente sobre o protocolo ou até pedir a opinião ao Ministro Correia de Campos.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Rogério Marques, resumindo que parece já terem chegado a acordo, no sentido de mandar o Sr. Presidente da Assembleia e a Sr.ª Presidente da Câmara, relativamente à questão da consulta aberta. Considerou, no entanto, redutor apenas pensarem na consulta aberta pelo que considera que deveriam fazer um documento conjunto, demonstrando estarem de acordo quanto ao aumento das especialidades, dos meios de diagnóstico, quanto a tipologia específica de cuidados especiais do Hospital Rovisco Pais. Reforçou que, mandar o Sr. Presidente da Assembleia e a Sr.ª Presidente da Câmara relativamente à questão da consulta aberta para efeitos de justiça imediata, outra coisa, é elaborar um documento conjunto onde colocam todas aquelas questões, com as quais estão todos de acordo.-----

----- Esclareceu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, que, quando fala numa ação



judicial, o que está aqui em causa é o incumprimento por parte do Ministério da Saúde, de um protocolo onde estava a Consulta Aberta e escolher o jurista que fará esse trabalho. Defendeu, de seguida ser a sua proposta, podendo haver outras, mas que quer isolar, por ser uma questão que vem de há largos anos.-----

----- Acrescentou o Sr. Rogério Marques, que o documento a elaborar teria o mérito de marcarem a posição de todas as bancadas presentes na Assembleia.-----

----- Seguiu-se uma pequena discussão, na qual intervieram o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o Sr. Rogério Marques e o Sr. Carlos Fernandes, relativamente ao teor do documento a apresentar, acabando por ser sugerido tomar de base o texto já elaborado pela Câmara e que foi dirigido à tutela do seguinte teor: *“E o que defendo como sabe é a criação de uma urgência básica com horário alargado das 8 às 24, solução que, de resto, teria a enorme vantagem de descongestionar a urgência do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, cuja capacidade de resposta está longe de ser satisfatória para a afluência que regista em certas alturas. Mas defendo também que uma solução desta natureza não pode ser implementada em prejuízo do funcionamento das extensões de saúde e das unidades de saúde familiar, cujo corpo clínico precisa ser estabilizado para atender as necessidades e cumprir bem a sua missão, o que não se compadece com a afetação a um serviço de urgência e a consequente diminuição dos períodos de atendimento em medicina familiar junto das populações. Por outro lado, além de entendermos que o Hospital Arcebispo João Crisóstomo deveria possuir também um serviço de medicina interna, consideramos que a criação de uma urgência básica permitiria aumentar significativamente a referenciação de doentes para a consulta externa em várias especialidades e defendemos também que devem ser desenvolvidos mecanismos para incrementar as intervenções cirúrgicas no bloco operatório. Quanto à perspetiva de integração no*

CHUC - Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais, opomo-nos a qualquer desvalorização do seu estatuto que implique perda de autonomia clínica, administrativa e financeira e defendemos que se deverá manter como unidade de saúde especializada e altamente diferenciada a nível nacional, o que pressupõe a concretização dos investimentos destinados a reforçar as condições para o exercício da missão. A terminar, quero dizer apenas que apesar de tudo confio, continuo a acreditar que o Grupo de Trabalho que Vossa Excelência dirige, tomará na devida conta as reivindicações que aqui deixei expressas e que de resto já havia manifestado à tutela no sentido de o processo que está a conduzir venha a traduzir-se numa efetiva valorização da resposta dos serviços de saúde no concelho de Cantanhede.” O Sr. Presidente da Mesa, sugeriu que todos olhassem para o documento, por forma as acrescentar ou retirar algo, para obterem um documento final que seja consensual.---

----- Feito isso, seguiu-se uma nova discussão, na qual intervieram o Sr. Abel Carapêto, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura e a Sr.^a Amélia Castilho, da qual resultou o texto que foi lido pelo Sr. Carlos Fernandes, do seguinte teor: “*O que defendemos é a criação de uma resposta não programada a doença aguda, acompanhada de meios complementares de diagnóstico, o que de resto teria a enorme vantagem de descongestionar a urgência do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, cuja capacidade de resposta está longe de ser satisfatória. Mas defendemos também que uma solução desta natureza não pode ser implementada em prejuízo do funcionamento das extensões de saúde e das unidades de saúde familiar, cujo corpo clínico precisa ser estabilizado para atender as necessidades e cumprir bem a sua missão, o que não se compadece com a sua afetação a um serviço de urgência e a conseqüente diminuição dos períodos de atendimento em medicina*

familiar junto das populações. Por outro lado, além de entendermos que o Hospital Arcebispo João Crisóstomo deveria possuir também camas da especialidade de medicina interna, consideramos que a criação de uma resposta não programada a doença aguda permitiria aumentar significativamente a referenciação de utentes e aumentar as especialidades de consultas externa. Defendemos também que devem ser desenvolvidos mecanismos para incrementar as intervenções cirúrgicas no bloco operatório. Quanto ao Centro de Medicina de Reabilitação Rovisco Pais, deve ser garantida a manutenção do perfil assistencial, sem perda de qualquer valência das atualmente existentes, mantendo-se como entidade especializada e diferenciadora na área da medicina física e reabilitação da Região Centro, o que pressupõe a concretização dos investimentos destinados a reforçar as condições para o exercício da sua missão.”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual referiu que o documento deveria ser complementado com um parágrafo inicial, um enquadramento, no âmbito da Assembleia Municipal, e uma vez que não têm, até à data, conhecimento do programa previsto, também elencar o pretendido.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo que se pode acrescentar uns considerandos no início do texto, sendo o texto final de seguida partilhado pelas bancadas presentes. Questionou, de seguida se o texto estava de acordo com o que todos pretendiam e perante o silêncio de todos, concluiu que sim.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. José Malta, o qual afirmou concordar com o que foi lido, podendo ser deixada a formatação para uma fase posterior. Referiu ainda que o documento deveria também ser encarado como uma carta aberta à população porque, perante tudo o que se ouve e tantas opiniões individuais, a própria população deve estar confusa. Considerou ser



obrigação da Assembleia fazer o ponto de situação do Estado da Saúde no Concelho de Cantanhede e, apresentar o documento subscrito pelos três Partidos representados na Assembleia Municipal e votado por todos unanimemente, à população, mostrando o consenso existente sobre o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referiu que, na sua opinião, o documento deve ser dirigido, num primeiro momento, ao Ministro da Saúde, que é a entidade máxima, com conhecimento ao Presidente do CHUC, ao Presidente da ARS, ao Presidente do ACES e a todas as entidades visadas. Perante o consenso das bancadas, acrescentou estarem em condições para poder aprovar o documento, com o necessário enquadramento e contextualização, sendo partilhado novamente, publicitado junto da população e enviado ao Sr. Ministro da Saúde e às restantes entidades visadas.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual se congratulou com a forma elevada e construtiva que as Bancadas tiveram no processo, dignificando a Assembleia e a política. -----

----- Foi também dada a palavra ao Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o qual também se congratulou com o facto de as três bancadas terem conseguido chegar a um consenso com o teor do documento, que também subscreve. De seguida, referiu que, finalmente foi assumido pela Bancada do Partido Socialista que a integração é irreversível, e que a Sr.^a Áurea Andrade sabe coisas que não pode dizer, sabe provavelmente que tipo de integração vai ser feita, sabe porque é que a integração vai ser feita e sabe como é que a integração vai ser feita. Afirmou novamente subscrever solidariamente o documento, mas que todos continuam sem saber que tipo de integração é, para quê, como vai ser feita, quando provavelmente há quem saiba na Assembleia.-----



----- Respondeu a Sr.^a Áurea Andrade que escusava de pressionar, pois não estava na Assembleia enquanto elemento do Grupo de Trabalho em causa.-----

----- Respondeu o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes que apenas está a questionar e a fazer constatações. Voltou a referir que subscreve o documento que foi redigido, mas continua sem saber que tipo de integração está preparada quando existe uma pessoa presente na sessão que está dentro do processo e não pode falar.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação **Ponto 24 – “Análise do ponto da situação sobre a cobertura ao nível da Saúde no Concelho de Cantanhede / Integração dos Hospitais do Concelho no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra”**, tendo sido aprovado por unanimidade, enviar uma Moção/Carta Aberta subscrita pelas Bancadas representadas na Assembleia, ao Ministro da Saúde, ao SNS, ao ACES Baixo Mondego, à ARS, aos Conselhos de Administração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais e ao Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, tendo solicitado a palavra o Sr. Vereador Sérgio Negrão, louvando o resultado final e dando os parabéns a todos os Membros da Assembleia Municipal pelo esforço que todos fizeram para atingir o resultado que foi o documento. Relativamente às últimas intervenções do Sr.

Primeiro Secretário, Maia Gomes, afirmou que, de facto é muito cómodo dizer que se está de acordo com uma solução, desde que sejam salvaguardadas algumas circunstâncias, o que significa implicitamente que estará contra, se tal não acontecer, o que está plasmado no documento aprovado, que o mesmo subscreveu.-----

----- Finalmente, sendo 21h30 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente: 

----- O Primeiro Secretário: 

----- A Segunda Secretária: 